
Klabin S.A.



Klabin

**Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Relatório dos Auditores
Independentes**

ÍNDICE DE NOTAS EXPLICATIVAS	Página
ATIVO	53
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	55
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	56
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	59
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS	60
1 INFORMAÇÕES GERAIS	61
2 BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	63
3 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	71
4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	72
5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	73
6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	74
7 PARTES RELACIONADAS	76
8 ESTOQUES	78
9 TRIBUTOS A RECUPERAR	78
10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	79
11 PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	82
12 IMOBILIZADO	83
13 ATIVOS BIOLÓGICOS	84
14 ATIVOS E PASSIVOS DE DIREITO DE USO	87
15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	92
16 DEBÊNTURES	96
17 FORNECEDORES	98
18 PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS	98
19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	101
20 RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS	105
21 CUSTOS, DESPESAS E RECEITAS POR NATUREZA	105
22 RESULTADO FINANCEIRO	106
23 PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES	106
24 RESULTADO POR AÇÃO	108
25 SEGMENTOS OPERACIONAIS	109
26 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	111
27 BENEFÍCIO A EMPREGADOS E PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	117
28 COBERTURA DE SEGUROS	118
29 EVENTOS SUBSEQUENTES	118

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	Explicativa	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.735.568	5.337.203	8.340.386	5.733.854
Titulos e valores mobiliários	5	1.382.259	1.305.401	1.390.529	1.313.350
Contas a receber:					
. Contas a receber de clientes	6	1.440.416	1.818.806	1.908.974	2.086.325
. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	6	(49.451)	(45.092)	(49.469)	(45.394)
Partes relacionadas	7	739.542	373.793	-	-
Estoques	8	1.166.619	1.117.179	1.332.244	1.206.353
Tributos a recuperar	9	505.277	267.964	505.411	269.728
Outros ativos		240.524	304.008	245.869	297.718
Total do ativo circulante		13.160.754	10.479.262	13.673.944	10.861.934
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais	18	115.747	85.226	117.179	86.658
Tributos a recuperar	9	1.944.656	1.280.811	1.944.656	1.280.811
Outros ativos		271.450	303.655	270.817	300.757
		2.331.853	1.669.692	2.332.652	1.668.226
Investimentos:					
. Particip. em controladas/controladas em conjunto	11	1.542.061	1.341.177	160.970	165.652
. Outros		9.687	7.607	9.687	7.607
Imobilizado	12	13.034.714	12.178.658	13.241.181	12.262.472
Ativos biológicos	13	3.375.564	3.303.774	4.712.381	4.582.631
Direito de uso do ativos	14	491.616	-	494.399	-
Intangíveis		77.828	85.177	77.868	85.221
		18.531.470	16.916.393	18.696.486	17.103.583
Total do ativo não circulante		20.863.323	18.586.085	21.029.138	18.771.809
Total do ativo		34.024.077	29.065.347	34.703.082	29.633.743

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	Explicativa	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	758.385	1.917.808	701.783	1.913.779
Debêntures	16	572.759	61.686	572.759	61.686
Fornecedores	17	865.029	749.187	887.092	758.609
Fornecedores risco sacado	17	137.164	145.143	137.164	145.143
Obrigações fiscais		63.925	50.452	67.079	50.832
Obrigações sociais e trabalhistas		297.355	296.189	301.288	300.379
Partes relacionadas	7	39.845	24.751	5.347	4.692
Dividendos e/ou JCP a pagar	19	200.000	250.000	200.000	250.000
Adesão - REFIS	18	-	73.862	-	73.862
Passivos de arrendamentos	14	100.198	-	100.509	-
Outras contas a pagar e provisões		125.534	139.813	131.502	149.334
Total do passivo circulante		3.160.194	3.708.891	3.104.523	3.708.316
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	21.617.742	16.915.268	21.539.392	16.869.217
Debêntures	16	1.271.338	600.990	1.271.338	600.990
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	1.123.993	938.207	1.145.069	959.906
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	18	60.519	64.118	60.519	64.118
Contas a pagar - investidores SCPs		-	-	333.183	301.583
Adesão - REFIS	18	-	265.587	-	265.587
Passivos de arrendamentos	14	394.233	-	396.720	-
Provisão do passivo atuarial		167.984	119.571	167.984	119.571
Outras contas a pagar e provisões		181.192	160.480	183.081	211.225
Total do passivo não circulante		24.817.001	19.064.221	25.097.286	19.392.197
Total do passivo		27.977.195	22.773.112	28.201.809	23.100.513
Patrimônio líquido					
Capital social		4.076.035	4.076.035	4.076.035	4.076.035
Reservas de capital		(350.622)	(361.231)	(350.622)	(361.231)
Reserva de reavaliação		48.705	48.705	48.705	48.705
Reservas de lucros		1.517.044	1.748.219	1.517.044	1.748.219
Ajustes de avaliação patrimonial		942.994	977.122	942.994	977.122
Ações em tesouraria		(187.274)	(196.615)	(187.274)	(196.615)
Patrimônio líquido dos acionistas de Klabin	19	6.046.882	6.292.235	6.046.882	6.292.235
Participação dos acionistas não controladores	1	-	-	454.391	240.995
Patrimônio líquido consolidado		6.046.882	6.292.235	6.501.273	6.533.230
Total do passivo e patrimônio líquido		34.024.077	29.065.347	34.703.082	29.633.743

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido básico/diluído por ação)

	Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida de vendas	20	10.237.566	10.008.815	10.271.839	10.016.461
Variação do valor justo dos ativos biológicos	13	279.484	466.074	390.053	628.367
Custo dos produtos vendidos	21	(7.273.518)	(6.385.515)	(7.241.234)	(6.342.406)
Lucro bruto		3.243.532	4.089.374	3.420.658	4.302.422
Despesas/receitas operacionais					
Vendas	21	(871.211)	(741.066)	(910.388)	(764.348)
Gerais e administrativas	21	(581.995)	(543.044)	(600.959)	(558.205)
Outras líquidas	21	609.443	(8.341)	609.826	(2.228)
		(843.763)	(1.292.451)	(901.521)	(1.324.781)
Resultado de equivalência patrimonial	11	131.545	152.762	7.237	5.964
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		2.531.314	2.949.685	2.526.374	2.983.605
Resultado financeiro	22	(1.728.514)	(3.049.112)	(1.661.848)	(3.052.186)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		802.800	(99.427)	864.526	(68.581)
Imposto de renda e contribuição social					
. Corrente	10	81.924	(305.223)	58.123	(322.236)
. Diferido	10	(208.899)	542.105	(208.031)	577.635
		(126.975)	236.882	(149.908)	255.399
Lucro líquido do exercício		675.825	137.455	714.618	186.818
Atribuído aos acionistas de Klabin		-	-	675.825	137.455
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	38.793	49.363
Lucro básico/diluído por ação ON – R\$	23	0,1283	0,0261	0,1283	0,0261
Lucro básico/diluído por ação PN – R\$	23	0,1283	0,0261	0,1283	0,0261

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	675.825	137.455	714.618	186.818
Outros resultados abrangentes:				
. Ajustes de conversão para moeda estrangeira (i)	7.669	(9.344)	7.669	(9.344)
. Atualização do passivo atuarial (ii)	(44.865)	(729)	(44.865)	(729)
Resultado abrangente total do exercício (iii)	638.629	127.382	677.422	176.745
Atribuído aos acionistas de Klabin	-	-	638.629	127.382
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	38.793	49.363

(i) Efeitos que podem futuramente impactar o resultado somente no caso de alienação ou perecimento da investida.

(ii) Efeitos que não impactarão o resultado, líquidos do imposto de renda e contribuição social diferidos a alíquota de 34%.

(iii) Efeitos líquidos do imposto de renda e contribuição social diferidos a alíquota de 34%, quando aplicável.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Reserva de reavalição			Reservas de lucros					Ações em tesouraria	Resultados acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas de classe de capital	Participação dos acionistas controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Reservas de capital	Desat. próprios	Legal	Incentivos Fiscais	Desat. biológicas	Dividendos propostos	Investim. e capital de giro					
Em 31 de dezembro de 2017	2.316.783	1.187.329	48.705	149.480	130.551	239.703	171.000	1.508.753	987.916	(200.120)	7.284.131	-	7.284.131
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.073)	137.455	137.455	49.363	186.818
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.073)	-	(10.073)	-	(10.073)
Resultado a brangente total do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.073)	137.455	127.382	49.363	176.745
Conversão de deb. mandatórias conv. em ações	-	1.559.282	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Período de entrega de Ações aos controladores (Nota 1.7)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Emissão de ações em tesouraria	-	8.023	-	-	-	-	-	-	(4.903)	4.903	15.926	-	12.926
• Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	8.118	4.903	8.118	-	8.118
• Reconhecimento da remuneração do plano de ações	-	2.699	-	-	-	-	-	(2.699)	(50)	(292)	(342)	-	(342)
• Vencimento do plano de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Saídas do plano de outorga	-	-	-	-	-	-	-	(529.000)	-	-	(529.000)	-	(529.000)
• Salidas do plano de outorga	-	-	-	-	-	-	-	(390.000)	-	-	(390.000)	-	(390.000)
Juros / capital próprio de 2018 distribuídos com reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro do exercício (Nota 1.8)	-	-	-	3.904	-	(241.173)	-	-	-	-	(3.904)	-	-
• Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.187)	-	-	-	-
• Realização de reserva de ativos biológicos (próprios)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.187	-	-	-
• Realização de custo atribuído de terras (próprios)	-	-	-	-	-	397.609	-	-	-	(397.609)	-	-	-
• Realização de custo atribuído de terras (próprios)	-	-	-	-	-	8.934	-	-	-	-	(8.934)	-	-
• Constituição de reserva de at. Biol. (controladas) (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	59.368	-	-	-	-	-	(59.368)	-	-
Pagamento de dividendos complementares de 2017	-	-	-	-	-	-	(171.000)	-	-	-	(171.000)	-	(171.000)
Em 31 de dezembro de 2018	4.076.095	(50.123)	48.705	153.384	180.919	815.103	-	589.753	977.122	(106.615)	6.392.235	240.995	6.533.230

(*) O efeito líquido entre a constituição de reserva de at. Biol. e o cancelamento de reserva de at. Biol. é de R\$ 1.187 mil.

A nota explicativa da Administração não parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas	Reserva de reavaliação		Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Resultados acumulados	Patrimônio líquido das ações controladoras	Participação dos acionistas controladores	Patrimônio líquido das ações controlado
			De ativos próprios	Legal	Dividendos em pagamento	Investim. e capital de terceiros							
Em 31 de dezembro de 2018	4.076.035	(301.321)	48.705	153.384	189.910	815.103	977.122	(106.013)	-	675.825	6.292.235	240.993	6.533.230
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(37.196)	-	-	675.825	(37.196)	-	714.618
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado bruto antes do total do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aporte de capital de acionistas não controladores (Nota 1.7)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	675.825	185.000	185.000	677.422
Plano de Outorga de Ações (Nota 3.3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Alienação de ações em tesouraria	-	7.606	-	-	-	-	-	(4.699)	4.699	-	-	-	-
. Concessão de outorga de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	(4.699)	-	-	-	-	-
. Resgate de ações em execução do plano de ações	-	-	-	-	-	-	-	(3.001)	-	-	-	-	-
. Vencimento do plano de ações	3.001	-	-	-	-	-	-	(3.001)	-	-	-	-	-
. Saída do plano de outorga	-	2	-	-	-	-	55	-	(57)	-	-	-	-
. Destinação do lucro do exercício (Nota 1.8)	-	-	-	-	48.718	-	-	-	-	(48.718)	-	-	-
. Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	31.355	-	-	-	-	-	(31.355)	-	-	-
. Constituição de reserva de capital legal	-	-	-	-	-	-	33.257	-	-	(33.257)	-	-	-
. Realização de reserva de investimento e capital de giro	-	-	-	-	-	(484.220)	-	-	-	484.220	-	-	-
. Realização de reserva de ativos biológicos (próprios)	-	-	-	-	-	194.439	-	-	-	(184.439)	-	-	-
. Constituição de reserva de at. aut. (próprios)	-	-	-	-	-	(44.744)	-	-	-	(44.744)	-	-	-
. Constituição de reserva de at. aut. (terceiros) (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(607.000)	-	-	-
Dividendos antecipados do exercício de 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(607.000)	(607.000)	(10.397)	(607.397)
Juros s/ capital próprio antecipados do exercício de 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(300.000)	(300.000)	-	(300.000)
Em 31 de dezembro de 2019	4.076.035	(350.662)	48.705	184.739	238.637	470.658	942.904	(187.271)	-	-	6.046.882	454.391	6.301.273

(*) O efeito é líquido entre a constituição, a venda ou realização dos valores emitidos no exercício de equidade e o patrimônio.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.277.869	2.652.396	2.953.124	2.786.976
Caixa gerado nas operações	3.736.438	2.892.784	4.347.942	2.960.373
Lucro líquido do exercício	675.825	137.455	714.618	186.818
Depreciação e amortização	1.105.474	1.074.950	1.128.035	1.018.046
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(279.484)	(466.074)	(390.053)	(628.367)
Exaustão dos ativos biológicos	889.656	536.030	1.065.379	655.301
Imposto de renda e contribuição social diferidos	208.899	(542.105)	208.031	(577.635)
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	2.117.350	3.342.726	2.389.792	3.320.094
Juros, variação monet. de debêntures	330.378	30.174	330.378	30.174
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(1.239.632)	(1.092.418)	(1.185.147)	(1.067.175)
Juros de arrendamentos	55.457	-	55.990	-
Provisão de juros - REFIS	14.372	33.640	14.372	33.640
Resultado na alienação de ativos	43.849	(14.532)	43.849	(14.532)
Resultado de equivalência patrimonial	(131.545)	(152.762)	(7.237)	(5.964)
Outras	(54.161)	5.700	(20.065)	9.973
Variações nos ativos e passivos	(1.458.569)	(240.388)	(1.394.818)	(173.397)
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	17.000	(246.363)	181.426	(286.868)
Estoques	(49.440)	(243.838)	(125.891)	(273.192)
Tributos a recuperar	(702.321)	449.020	(694.420)	464.353
Títulos e valores mobiliários	(76.858)	(69.015)	(77.179)	(70.177)
Outros ativos	24.744	(8.199)	10.844	143
Fornecedores	(257.454)	82.337	(244.813)	80.187
Obrigações fiscais	13.473	(4.993)	16.247	(4.841)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.166	19.208	909	18.913
Outros passivos	(230.042)	(63.068)	(256.833)	58.229
Imposto de renda e contribuição social pagos	(198.837)	(155.477)	(205.108)	(160.144)
Caixa líquido atividades de investimento	(2.321.064)	(763.667)	(2.367.896)	(858.222)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(1.640.951)	(564.613)	(1.768.999)	(634.557)
Custo plantio ativos biológicos	(681.962)	(243.677)	(805.076)	(461.786)
Recebimento na alienação de ativos	10.979	35.136	10.979	35.136
Aquisição invest. e integralização em controladas (caixa)	(24.661)	(2.968)	185.000	191.000
Dividendos recebidos de empresas controladas	15.531	12.455	10.200	11.985
Caixa líquido atividades de financiamento	2.441.560	(3.202.223)	2.021.304	(3.223.322)
Captação de empréstimos e financiamentos	9.956.289	2.403.318	9.791.230	2.385.592
Captação de debêntures (líq. dos custos de captação)	1.000.000	-	1.000.000	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(7.318.825)	(4.537.099)	(7.565.565)	(4.531.056)
Pagamento de juros, amortiz. e partic. resultado debêntures	(148.957)	(241.368)	(148.957)	(241.368)
Pagamento de passivos de arrendamentos	(102.252)	-	(102.361)	-
Alienação de ações mantidas em tesouraria	12.305	12.926	12.305	12.926
Pagamento dividendos SCP's	-	-	(8.348)	(9.416)
Dividendos/Juros sobre capital próprio pagos	(957.000)	(840.000)	(957.000)	(840.000)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	2.398.365	(1.313.494)	2.606.532	(1.294.568)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5.337.203	6.650.697	5.733.854	7.028.422
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	7.735.568	5.337.203	8.340.386	5.733.854

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas				
. Venda produtos	12.059.363	11.689.086	12.105.309	11.731.478
. Variação no valor justo dos ativos biológicos	279.484	466.074	390.053	628.367
. Outras receitas	10.979	35.136	49.772	84.500
. Perdas estimadas com créd. de liq. duvidosa	4.359	4.995	4.076	5.236
	12.354.185	12.195.291	12.549.210	12.449.581
Insumos adquiridos de terceiros				
. Custo dos produtos vendidos	(3.265.262)	(3.671.683)	(3.312.534)	(3.680.950)
. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.543.209)	(2.088.054)	(2.299.983)	(2.002.898)
	(5.808.471)	(5.759.737)	(5.612.517)	(5.683.848)
Valor adicionado bruto	6.545.714	6.435.554	6.936.693	6.765.733
Retenções				
. Depreciação, amortização e exaustão	(1.995.130)	(1.610.980)	(2.193.414)	(1.673.347)
Valor adicionado líquido produzido	4.550.584	4.824.574	4.743.279	5.092.386
Valor adicionado recebido em transferência				
. Resultado de equivalência patrimonial	131.545	152.762	7.237	5.964
. Receitas financeiras, incluindo variação cambial	1.316.474	634.274	1.341.465	652.164
	1.448.019	787.036	1.348.702	658.128
Valor adicionado total a distribuir	5.998.603	5.611.610	6.091.981	5.750.514
Distribuição do valor adicionado:				
Pessoal				
. Remuneração direta	1.021.256	1.004.190	1.040.659	1.013.378
. Benefícios	319.912	305.626	324.179	323.453
. FGTS	86.379	81.800	86.586	81.970
	1.427.547	1.391.616	1.451.424	1.418.801
Impostos, taxas e contribuições				
. Federais	604.379	258.567	637.969	250.596
. Estaduais	229.822	125.594	229.822	125.594
. Municipais	16.042	14.992	16.042	14.992
	850.243	399.153	883.833	391.182
Remuneração de capitais de terceiros				
. Juros	3.044.988	3.683.386	3.003.313	3.704.350
	3.044.988	3.683.386	3.003.313	3.704.350
Remuneração de capitais próprios				
. Dividendos, JCP e participação result. Debêntures	907.000	919.000	907.000	919.000
. Prejuízo retido do exercício	(231.175)	(781.545)	(192.382)	(732.182)
. Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	-	38.793	49.363
	675.825	137.455	753.411	236.181
	5.998.603	5.611.610	6.091.981	5.750.514

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da Administração estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Klabin S.A. (“Companhia”) e suas controladas atuam em segmentos da indústria de papel e celulose para atendimento aos mercados interno e externo: fornecimento de madeira, celulose, papéis para embalagem, sacos de papel e caixas de papelão ondulado. Suas atividades são integradas desde o reflorestamento até a fabricação dos produtos finais. A Klabin é uma sociedade anônima de capital aberto com ações e certificados de depósitos de ações (“Units”) negociados na B3 - Bolsa de Valores de São Paulo pelo código KLBN11. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada em São Paulo.

A Companhia também tem participação em outras sociedades (notas explicativas 3 e 11), cujas atividades operacionais estão relacionadas aos seus próprios objetivos de negócio.

1.1 Declaração de conformidade

A emissão dessas demonstrações financeiras da Klabin S.A. (“Companhia”) e de suas controladas foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 05 de fevereiro de 2020.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas ou probabilidades materiais que possam gerar dúvidas significativas em relação a sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

1.2 Conversão da totalidade das debêntures da 6ª emissão

Em 31 de janeiro de 2018, a Companhia realizou a conversão da totalidade das debêntures da 6ª emissão em circulação em “Units”. Tal procedimento ocorreu em consonância com os termos da cláusula quarta, itens 4.6.3 e 4.6.3.1 da Escritura de Emissão.

Em consequência de tal deliberação, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passou de R\$ 2.617.605 para R\$ 4.076.035, dividido em 5.409.801.840 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 1.984.594.655 ações ordinárias e 3.425.207.185 ações preferenciais.

1.3 Constituição da Guaricana Reflorestadora S.A. (“Guaricana”)

Em 13 de dezembro de 2018 a Companhia constituiu a empresa Guaricana Reflorestadora S.A., Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), em conjunto com uma *Timber Investment Management Organization* (“TIMO”), que tem como objetivo principal a exploração da atividade florestal no estado de Santa Catarina - SC.

A Klabin S.A. contribuiu para a formação do capital social da Guaricana com aporte de 5 mil hectares de florestas plantadas em Santa Catarina – SC com valor de R\$ 102 milhões e R\$ 869 em caixa para capital de giro, totalizando um aporte de R\$ 102 milhões. A TIMO, por sua vez, aportou R\$ 192 milhões em caixa.

Os recursos aportados pela TIMO financiaram a aquisição de aproximadamente 12 mil hectares brutos de terra, que equivalem a cerca de 8 mil hectares de efetivo plantio, investimentos na formação de florestas e capital de giro. A Klabin S.A. terá o direito de preferência na compra da produção florestal da SPE, entre outros direitos típicos para os acionistas controladores de uma sociedade dessa natureza.

A Klabin detém 69,48% do capital votante e 34,74% do capital total da Guaricana, enquanto a TIMO detém o restante do capital, podendo eleger membros no Conselho de Administração e participando em determinadas decisões da nova empresa com direito de voto, inclusive em situações que exijam fórum qualificado..

A Klabin S.A. poderá exercer direito de preferência na compra das ações da Companhia pertencentes a TIMO, em opção facultativa à ser exercida entre 2030 e 2035.

1.4 Constituição da Sapopema Reflorestadora S.A. (“Sapopema”)

Em 26 de julho de 2019 a Companhia constituiu a empresa Sapopema Reflorestadora S.A., Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), em conjunto com uma *Timber Investment Management Organization* (“TIMO”), que tem como objetivo principal a exploração da atividade florestal no estado de Paraná - PR.

A Klabin S.A. contribuiu para a formação do capital social da Companhia com aporte de 8 mil hectares de florestas plantadas no estado do Paraná - PR, com valor de R\$ 114 milhões. A TIMO, por sua vez, aportou R\$ 325 milhões em caixa, sendo parte no fechamento da operação e o restante em até 2 anos.

Os recursos aportados pela TIMO financiarão a aquisição de aproximadamente 15 mil hectares brutos de terra, que equivalem a cerca de 9 mil hectares de efetivo plantio, investimentos na formação de florestas e capital de giro. A Klabin S.A. terá o direito de preferência na compra da produção florestal da SPE, entre outros direitos típicos para os acionistas controladores de uma sociedade dessa natureza.

A Klabin detém 51,80% do capital votante e 22,88% do capital total da Companhia, enquanto a TIMO detém o restante do capital, sendo que esta pode eleger membros no Conselho de Administração e participando em determinadas decisões da nova empresa com direito de voto, inclusive em situações que exijam fórum qualificado.

A Klabin S.A. poderá exercer direito de preferência na compra das ações da Companhia pertencentes a TIMO, em opção facultativa à ser exercida entre 2030 e 2037.

1.5 Projeto de expansão – “Puma II”

Conforme divulgado em Fato Relevante ao mercado no dia 16 de abril de 2019, foi aprovado o início do projeto de expansão de capacidade no segmento de papéis para embalagem denominado “Projeto Puma II” abrangendo a construção de duas máquinas de papel, com produção de celulose integrada, localizadas na unidade industrial da Klabin no município de Ortigueira (PR) (“Unidade Puma”).

A instalação do Projeto Puma II será dividida em duas etapas:

(i) Primeira etapa consiste na construção de uma linha de fibras para a produção de celulose não branqueada integrada a uma máquina de papel kraftliner e kraftliner branco, que serão comercializados sob a marca Eukaliner, com capacidade de 450 mil toneladas anuais. Essa etapa

também inclui a construção e/ou adequação de instalações de apoio às novas linhas de fibra e áreas de recuperação e utilidades.

(ii) Segunda etapa contempla a construção de uma linha de fibras complementar integrada a uma máquina de papel kraftliner com capacidade de 470 mil toneladas anuais e expansão de algumas estruturas de apoio.

O cronograma prevê que as obras de cada etapa durem 24 meses, sendo que o início da construção da segunda etapa será logo após o término da primeira. Desta forma, o comissionamento da primeira máquina está programado para o segundo trimestre de 2021, e o da segunda máquina previsto para o segundo trimestre de 2023.

O investimento bruto orçado para a construção do Projeto Puma II é de R\$ 9,1 bilhões, sujeito a flutuações cambiais e reajustes decorrentes de inflação, R\$ 1.271 desembolsado em 2019 e o restante até 2023. Desse total, cerca de R\$ 900 milhões refere-se a impostos recuperáveis. Tendo em vista que a maior parte dos equipamentos serão instalados na primeira etapa do projeto, aproximadamente dois terços dos desembolsos devem ocorrer entre os anos de 2019 e 2021.

1.6 Constituição da Klabin Paranaguá SPE S.A.

Foi constituída no dia 21 de outubro de 2019 a subsidiária integral “Klabin Paranaguá SPE S.A.” com capital subscrito e integralizado de R\$ 20.000 divididos em 20.000 de ações nominativas e sem valor nominal, com sede no município de Paranaguá – PR.

A Companhia tem por objeto único e exclusivo a exploração do arrendamento das áreas, instalações portuárias e infraestrutura públicas, localizadas dentro do Porto Organizado de Paranaguá, para a realização das atividades de desembarque (desembarque, movimentação interna, armazenagem e expedição) e embarque (recepção, armazenagem, movimentação interna e embarque) de carga geral, especialmente papel e celulose, tudo nos termos da Minuta do Contrato de Arrendamento decorrente do Leilão nº 03/2019-ANTAQ, a ser firmado com a União, por intermédio do Ministério da Infraestrutura.

Conforme comunicado ao mercado no dia 13 de agosto de 2019, a Klabin S.A. venceu uma licitação de armazém no Porto de Paranaguá para movimentação e armazenamento de carga geral, especialmente papel e celulose, em leilão ocorrido na sede da B3, em São Paulo. O arrendamento garante acesso a uma área de 27.530 m² pelo prazo de 25 anos, passível de prorrogação por mais 45 anos, com investimentos totais previstos da ordem de R\$ 130 milhões e início de operações programado para janeiro de 2022.

O interesse da Companhia foi motivado pela grande representatividade do Porto de Paranaguá em seu volume de exportação, visando tanto os volumes atuais quanto os referentes às novas máquinas de papéis do Projeto Puma II. Esta operação trará garantia operacional de longo prazo, permitindo ligação ferroviária direta das operações fabris para o Terminal em zona primária, com alta eficiência no carregamento e preferência de atracação.

2 BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de apresentação das Demonstrações Financeiras

A Companhia apresenta as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as normas da Comissão de Valores Mobiliários

(CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 2.2 – item r.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando mensurado pelo valor justo.

2.2 Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas, exceto da controlada Klabin Argentina (nota explicativa 3) que tem como moeda funcional o Peso Argentino (A\$) e as controladas Klabin Finance, Klabin Áustria, Klabin Forest Products Company, Klabin Limited, Klabin Overseas e Klabin Trade (nota explicativa 3) que tem como moeda funcional o dólar norte-americano (USD).

(i) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no fechamento do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado da Companhia.

(ii) Controladas no exterior

As controladas no exterior com características de filial têm a mesma moeda funcional da Companhia. A controlada que tem moeda funcional diferente à da Companhia, tem suas diferenças cambiais resultantes da conversão de suas demonstrações financeiras contabilizadas separadamente em conta do patrimônio líquido, denominada “ajustes de avaliação patrimonial” (resultado abrangente). No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido referente a essa controlada no exterior é reconhecido na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos dessa controlada no exterior são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento da data do balanço. As receitas e despesas são convertidas pelas taxas de câmbio das datas das operações.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários possuem característica de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, vencimento de longo prazo, com liquidez imediata e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado), correspondentes ao seu valor justo.

e) Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, nas não apresentam evidência objetiva de *impairment*, e; (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* em 31 de dezembro 2019.

As PECLD foram constituídas em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

f) Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, e valor justo dos ativos biológicos na data do corte, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados são valorizados pelo custo das matérias-primas processadas, mão de obra direta e outros custos de produção.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de perdas estimadas, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico. Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos da Companhia em casos de obsolescência de produtos acabados, os mesmos podem ser reciclados, para reutilização na produção.

g) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados nos balanços pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante.

As controladas têm os seus tributos calculados e provisionados de acordo com a legislação de seu país e/ou seu regime tributário específico, incluindo, em alguns casos, lucro presumido. A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do exercício é apresentada nos balanços patrimoniais líquida dos adiantamentos de imposto pagos durante o exercício.

h) Investimentos

São representados por investimentos em empresas controladas e empresas com controle compartilhado, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, em decorrência da participação da Companhia nestas empresas. As demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as mesmas adotadas pela Companhia.

Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas e controladas em conjunto, são eliminados para fins de equivalência patrimonial, no balanço individual, e para fins de consolidação.

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas e controladas em conjunto sofreu perda por desvalorização. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por desvalorização e reconhece o montante na demonstração do resultado.

A variação cambial sobre o investimento em entidades controladas no exterior reconhecida no “Resultado Abrangente” é classificada como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido e realizado mediante a realização do investimento a que se refere.

Nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, a participação de sócios investidores nas Sociedades em Conta de Participação (notas explicativas 3 e 11) é apresentada no balanço patrimonial no passivo, sob a rubrica de “Outras contas a pagar – investidores SCPs”, por tratar-se de passivos financeiros e não instrumentos patrimoniais, conforme CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação.

A Administração da Companhia qualifica as Sociedades em Conta de Participação, como entidades de vida própria com característica de subsidiárias, as quais são registradas nas demonstrações financeiras individuais da Companhia pela avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial.

i) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Companhia na adoção inicial do IFRS, foram avaliados a valor justo (*deemed cost*) os custos da classe de imobilizado de terras, com base na adoção do custo atribuído aos ativos desta classe.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 12.

Os gastos com manutenção dos ativos da Companhia são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados. Encargos financeiros são capitalizados ao ativo imobilizado, quando incorridos sobre imobilizações em andamento, se aplicáveis.

j) Redução do valor recuperável de ativos ("*impairment*")

O saldo de imobilizado, ágio por rentabilidade futura ("*goodwill*") e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

Na estimativa do valor recuperável dos ativos, os fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa são estimados com base nas projeções orçamentárias pelo período de 5 anos para os quais a Companhia espera os benefícios futuros deste ativo e critérios de perpetuidade baseados na inflação futura, descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo e a Companhia, através de seu custo médio de capital.

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do exercício pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem a florestas de eucalipto e pinus, as quais são destinadas para produção de papéis para embalagem, sacos de papel, celulose, caixas e chapas de papelão ondulado, além de venda de madeira para terceiros. O processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de 7 – 14 anos, variável com base na cultura e material genético a que se refere. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa 13.

A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos". O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade de madeira cortada, avaliada por seu valor justo.

l) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço.

m) Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos corresponde ao valor dos recursos captados, acrescidos dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas. Se aplicável, os saldos de empréstimos e financiamentos contemplam a variação cambial reconhecida sobre o passivo.

n) Debêntures

O saldo de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, definidas como instrumentos financeiros híbridos (compostos) por conta de sua natureza, sendo segregada na sua emissão em componentes de dívida e patrimônio líquido, representados no passivo os valores dos juros que serão pagos aos debenturistas até a data de conversão, mensurados a valor presente, sendo acrescidos de variação monetária reconhecida sobre o passivo, quando aplicável.

As debêntures que não são mandatoriamente conversíveis são representadas no passivo pelo valor correspondente ao montante dos recursos captados, acrescidos dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas e juros pagos.

o) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

p) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável a saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base numa estimativa confiável do valor provisionado.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são descontadas utilizando uma taxa de desconto, que reflita, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação.

Dentre as provisões levantadas pela Companhia, se encontram as provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, as quais são provisionadas quando os processos judiciais são avaliados como perda provável, pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia. Essa avaliação é efetuada considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, este ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

q) Receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida quando todos os riscos e benefícios relevantes inerentes ao produto são transferidos ao comprador, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fruirão para a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto e quando possa ser medida de forma confiável, medida com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

r) Benefícios a empregados e plano de previdência privada

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, participação nos lucros e outros benefícios, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados ao término do vínculo empregatício com a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia concedeu plano de previdência privada e assistência médica a ex-funcionários aposentados até 2001. Para esses benefícios faz-se o reconhecimento do passivo e do resultado mensurados com base na avaliação atuarial, preparado por perito independente. Os ganhos e perdas auferidos na avaliação atuarial dos benefícios gerados por alterações nas premissas são contabilizados no patrimônio líquido em conta denominada “ajustes de avaliação patrimonial” (resultado abrangente), conforme requerido pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

s) Plano de outorga de ações

O plano de outorga de ações oferecido pela Companhia é mensurado pelo valor justo na data da outorga e sua despesa é reconhecida no resultado durante o período no qual o direito de outorga é adquirido contra o patrimônio líquido no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial”.

t) Subvenção governamental

As subvenções governamentais cedidas para a Companhia são reconhecidas na medida em que as condições relacionadas a obtenção da subvenção são cumpridas. No caso de subvenções recebidas para compensação de despesas, as mesmas são reconhecidas como redução das despesas que se pretende compensar.

No caso de subvenções governamentais para investimentos em ativos, os benefícios são registrados no balanço na forma que foram cedidos pelo órgão governamental, podendo ser registrado no passivo como receita diferida, reconhecido como receita na base sistemática durante a vida útil do ativo adquirido, ou deduzido do ativo relacionado com a subvenção, sendo reconhecido como receita por meio de crédito à depreciação registrada como despesa no resultado.

No caso de haver dependência de não-distribuição aos sócios dos benefícios recebidos na forma de subvenção governamental, os respectivos valores são reclassificados a partir da destinação do resultado do exercício para conta específica de “Reserva de Incentivos Fiscais” no patrimônio líquido.

u) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas do exercício. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração é elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na

data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem várias estimativas, tais como, mas não se limitando, a realização dos créditos tributários diferidos, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões para riscos fiscais, previdenciários, cíveis e trabalhistas e ajuste a valor presente de saldos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais.

v) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer para empresas de capital aberto a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados.

O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.3 Novos pronunciamentos técnicos adotados

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir 1º de janeiro de 2019. Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresenta impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Administração efetuou a adoção dos novos pronunciamentos conforme mencionado abaixo.

(i) IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil)

A nova norma substituiu o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações, determinando que os arrendatários passem a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros “passivos de arrendamentos” e o direito de uso do ativo arrendado “direito de uso dos ativos” para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil.

A adoção inicial e o impacto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão divulgados na nota explicativa 14.

(ii) IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)

A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.

Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresenta-los em separado,

apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Administração da Companhia passou a considerar os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

3 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição do controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir, exceto as controladas que possuem controle compartilhado (*joint venture*) com outras entidades, as quais são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas consolidadas.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para os mesmos períodos de divulgação que as da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as políticas adotadas pela controladora. Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais e (ii) eliminação dos lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Klabin S.A. e as suas controladas em 31 de dezembro de 2019 e 2018, como seguem:

	País Sede	Atividade	Participação	Participação - %	
				31/12/2019	31/12/2018
<u>Empresas controladas:</u>					
Celucat	Brasil	Participação em outras companhias	Direta	100	100
Guaricana Reflorestadora S.A. (i)	Brasil	Reflorestamento	Direta	35	-
Klabin Argentina S.A.	Argentina	Sacos industriais	Direta	100	100
Klabin Áustria GmbH	Áustria	Comercialização de produtos próprios no mercado externo	Direta	100	100
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda.	Brasil	Fabricação de produtos fitoterápicos	Direta	100	100
Klabin Finance S.A.	Luxemburgo	Financeira	Direta	100	100
Klabin Fitoprodutos Ltda.	Brasil	Fabricação de produtos fitoterápicos	Direta	100	100
Klabin Florestal Ltda.	Brasil	Plantio de florestas	Direta	100	100
Klabin Forest Products Company	Estados Unidos	Comercialização de produtos próprios no mercado externo	Direta	100	100
Klabin Limited	Ilhas Cayman	Participação em outras companhias	Direta	100	100
Klabin Overseas	Inglaterra	Participação em outras companhias	Direta	100	100
Klabin Paranaguá SPE S.A. (i)	Brasil	Serviços portuários	Direta	100	-
Klabin Trade	Inglaterra	Comercialização de produtos próprios no mercado externo	Indireta	100	100
IKAPÊ Empreendimentos Ltda.	Brasil	Hotelaria	Direta	100	100
Monterla Holdings S.A.	Brasil	Participação em sociedades	Direta	100	100
Riohold Holdings	Brasil	Participação em outras companhias	Direta	100	100
Santa Catarina Florestal	Brasil	Serviços de personalização de embalagens	Direta	100	100
Sapopema Reflorestadora S.A. (i)	Brasil	Reflorestamento	Direta	23	-
<u>Sociedades em Conta de Participação:</u>					
CG Forest	Brasil	Reflorestamento	Direta	71	80
Monte Alegre	Brasil	Reflorestamento	Direta	75	83
Harmonia	Brasil	Reflorestamento	Direta	71	73
Serrana	Brasil	Reflorestamento	Direta	63	64
Araucária	Brasil	Reflorestamento	Direta	69	64
<u>Empresas com controle compartilhado (não consolidadas):</u>					
Florestal Vale do Corisco S.A.	Brasil	Reflorestamento	Direta	51	51
(i) Vide informações na nota explicativa 1.					

(i) Vide informações na nota explicativa 1.

Investimento em entidades controladas em conjunto (*joint ventures*)

O investimento na Florestal Vale do Corisco S.A., considerando suas características, está classificado como entidade controlada em conjunto (*joint venture*) e está registrada pelo método da equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia, seguindo suas políticas de aplicações de recursos, tem mantido suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco, em instituições financeiras que a administração entende que são de primeira linha tanto no Brasil como no exterior, de acordo com o *rating* divulgado pelas agências de classificação de risco apresentado na nota explicativa 26. A Administração tem considerado esses ativos financeiros como equivalentes de caixa devido à sua liquidez imediata junto às instituições financeiras emissoras, com risco insignificante de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos - moeda nacional	36.192	25.424	57.731	80.742
Caixa e bancos - moeda estrangeira (i)	-	-	6.459	73.514
Aplicações - moeda nacional	6.625.917	4.947.107	6.910.426	5.112.257
Aplicações - moeda estrangeira (i)	1.073.459	364.672	1.365.770	467.341
	7.735.568	5.337.203	8.340.386	5.733.854

(i) Substancialmente em dólares norte-americanos

As aplicações financeiras em moeda nacional, correspondentes a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e outras operações compromissadas, são indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, com taxa média anual de remuneração de 4,84% (6,43% em 31 de dezembro de 2018), e as aplicações em moeda estrangeira que correspondem a operações de *over night e time deposit*, possuem taxa média de remuneração anual de 1,95% e 2,47% respectivamente (*over night* de 1,98% em 31 de dezembro de 2018), com liquidez imediata garantida pelas instituições financeiras.

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

São representados por Letras Financeiras do Tesouro Nacional (“LFT”) e Títulos do Tesouro Direto (“NTN-B”). A LFT possui remuneração indexada à variação da SELIC e vencimentos em 2020 e a NTN-B é remunerada pela variação do IPCA + 6% ao ano com vencimentos em 2020 e 2022.

Por meio de sua subsidiária integral Klabin Finance, a Companhia possui *Bonds* firmados em dólares com remunerações pré-fixadas de 3,52% a 4,02%, com prazo de vencimento em 2028 e 2038 e valor correspondente a R\$ 8.270 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 7.949 em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo desses títulos perfazia o montante de R\$ 1.382.259 na controladora e de R\$ 1.390.529 no consolidado (R\$ 1.305.401 e R\$ 1.313.350 respectivamente, em 31 de dezembro de 2018). Esses títulos têm um mercado ativo de negociação. Considerando suas características, o valor justo é basicamente o valor do principal acrescido dos juros originalmente estabelecidos nesses títulos. A Administração classificou como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, nos termos do CPC 48 (equivalente ao IFRS 9) – Instrumentos Financeiros, dada a possibilidade de venda desses títulos para realização de ganhos/prejuízos.

Os títulos e valores mobiliários se enquadram no Nível 1 da hierarquia de mensuração pelo valor justo, de acordo com a hierarquia do CPC 46 (equivalente ao IFRS 13) – Mensurações do Valor Justo, por tratar-se de ativos com preços cotados em mercado.

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Cientes				
. Nacionais	1.182.088	1.345.818	1.182.201	1.345.912
. Estrangeiros	258.328	472.988	726.773	740.413
Total de clientes	1.440.416	1.818.806	1.908.974	2.086.325
Perdas estimadas com créd. liq. duvidosa ("PECLD")	(49.451)	(45.092)	(49.469)	(45.394)
	1.390.965	1.773.714	1.859.505	2.040.931
Vencidos	83.334	70.588	108.218	79.827
% Total da Carteira (s/ PECLD)	2,35%	1,40%	3,08%	1,65%
01 a 10 dias	4.518	4.647	4.518	4.647
11 a 30 dias	12.131	10.351	28.269	15.629
31 a 60 dias	4.609	7.021	11.916	9.789
61 a 90 dias	4.450	1.489	4.566	1.966
+ de 90 dias	57.626	47.080	58.949	47.796
A Vencer	1.357.082	1.748.218	1.800.756	2.006.498
Total de Clientes	1.440.416	1.818.806	1.908.974	2.086.325

Em 31 de dezembro 2019, o prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes corresponde a aproximadamente 86 dias (83 dias em 31 de dezembro de 2018) para as vendas realizadas no mercado interno e aproximadamente 117 dias (142 dias em 31 de dezembro de 2018) para vendas realizadas no mercado externo, havendo cobrança de juros após o vencimento do prazo definido na negociação. Conforme mencionado na nota explicativa 26, a Companhia tem normas para o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas e de risco de não recebimento dos valores decorrentes de operações de vendas a prazo.

a) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

No entendimento da administração, a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber em aberto. A movimentação das perdas estimadas está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(40.096)	(40.133)
Perdas estimadas do período	(8.152)	(8.424)
Reversões de perdas estimadas	2.223	2.230
Baixa definitiva	933	933
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(45.092)	(45.394)
Perdas estimadas do período	(16.188)	(16.213)
Reversões de perdas estimadas	11.091	11.130
Baixa definitiva	738	1.008
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(49.451)	(49.469)

O saldo da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa corresponde substancialmente a duplicatas com alto risco de não recebimento. A Companhia monitora constantemente o saldo de recebíveis e suas estimativas de inadimplência, considerando o conceito de perda incorrida e perda

esperada e quando na menor expectativa de não haver a possibilidade de seu recebimento, constitui-se a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A despesa com a constituição da perda estimada é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de “Despesas / receitas operacionais – com vendas”.

A Companhia mantém apólice de seguro para os recebíveis nos mercados interno e externo para todas as unidades de negócio, exceto para os clientes de madeira da unidade Florestal, além de determinados clientes que não atendam às exigências específicas de risco, tais como continuidade e liquidez, analisadas pela seguradora para serem incorporados na apólice. A apólice vigente tem vencimento em agosto de 2020.

b) Operações de desconto de recebíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas operações de desconto de recebíveis sem direito de regresso com clientes específicos no montante de R\$ 1.775.881 na controladora e R\$ 2.368.875 no consolidado (R\$ 2.478.246 na controladora e R\$ 2.740.998 no consolidado em 31 de dezembro de 2018), para as quais todos os riscos e benefícios associados aos ativos foram transferidos para a contraparte, de forma que os recebíveis antecipados com terceiros foram desconhecidos das demonstrações financeiras.

O custo financeiro cobrado pelo banco na operação é registrado no resultado na linha de “Descontos e Abatimentos”.

a) Saldos e transações com partes relacionadas

[illegible]

	Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Klabin Irmãos & Cia. (i) e (ii) Acionista	BNDES (iii) Acionista	Total	Total
<u>Tipo de relação</u>				
<u>Saldos</u>				
Passivo circulante	5.347	58.352	63.699	656.894
Passivo não circulante	-	574.800	574.800	2.358.786
<u>Transações</u>				
Despesa de juros s/ financiamento	-	(186.352)	(186.352)	(253.797)
Comissão de aval - despesa	(22.797)	-	(22.797)	(28.423)
Despesa de royalties	(58.111)	-	(58.111)	(51.747)
(i) Licenciamento de uso da marca. A partir de Jan/2019 os direitos da marca foram integralmente transferidos para SOGEMAR – Sociedade Geral de Marcas Ltda.				
(ii) Comissão de aval, calculado sobre o saldo de financiamentos do BNDES de 0,8% ao ano;				
(iii) Captação de financiamento nas condições usuais de mercado para operações dessa natureza e de porte similar ao da Companhia (vide taxas na nota explicativa 15)				

b) Remuneração e benefícios da Administração e Conselho Fiscal

A remuneração da Administração e Conselho Fiscal é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Dessa forma, foi proposto na AGO realizada em 30 de abril de 2019 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho Fiscal, fixado em até R\$ 47.274 para o exercício de 2019 (R\$ 43.439 para o exercício de 2018).

O quadro abaixo demonstra a remuneração da Administração e do Conselho Fiscal:

	Controladora e consolidado							
	Curto prazo		Longo prazo					
	Honorário administrativos		Plano de previdência		Remuneração baseada em ações		Total dos benefícios	
	1/1 a 31/12/2019	1/1 a 31/12/2018	1/1 a 31/12/2019	1/1 a 31/12/2018	1/1 a 31/12/2019	1/1 a 31/12/2018	1/1 a 31/12/2019	1/1 a 31/12/2018
Administração e conselho fiscal	27.766	30.968	794	754	3.727	2.313	32.287	34.035

A remuneração da Administração contempla os honorários dos respectivos conselheiros, honorários e remunerações variáveis dos diretores estatutários. Os benefícios de longo prazo referem-se às contribuições feitas pela Companhia no plano de previdência e apuração de plano de outorga de ações. Referidos montantes estão registrados substancialmente na rubrica “Despesas operacionais – gerais e administrativas”.

Adicionalmente, a Companhia concede aos diretores estatutários e outros executivos um Plano de Outorga de Ações, descrito na nota explicativa 23.

8 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados	295.540	326.957	438.963	393.100
Produto em processo	22.450	21.495	25.122	21.495
Madeiras e toras	234.567	248.138	234.567	248.138
Material de manutenção	240.675	199.666	244.648	202.463
Matérias-primas	366.232	312.910	381.759	327.463
Perdas estimadas com estoque	(13.366)	(6.529)	(13.471)	(6.529)
Outros	20.521	14.542	20.656	20.223
	1.166.619	1.117.179	1.332.244	1.206.353

Os estoques de matérias primas incluem bobinas de papel transferidas das unidades produtivas de papel para as unidades de conversão.

A despesa com a constituição das perdas estimadas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de “Custo dos produtos vendidos”.

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

9 TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2019		31/12/2018	
	Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Ativo Circulante	Ativo não Circulante
ICMS	174.195	727.234	139.164	941.406
PIS/COFINS	4.907	1.057.520	7.406	69.604
IR/CS	234.319	-	25.218	-
IPI	82.462	113.255	79.736	269.801
Reintegra	3.778	-	12.130	-
Outros	5.616	46.647	4.310	-
Controladora	505.277	1.944.656	267.964	1.280.811
Controladas	134	-	1.764	-
Consolidado	505.411	1.944.656	269.728	1.280.811

O saldo de PIS/COFINS, IPI e ICMS mantidos no curto prazo estão previstos para serem compensados com esses mesmos tributos a recolher nos próximos 12 meses, conforme estimativa da Administração. A Companhia, com base em análises e projeção orçamentária aprovada pela Administração não prevê riscos de não realização desses créditos tributários, desde que as projeções orçamentárias se concretizem.

PIS/COFINS

Conforme fato relevante divulgado ao mercado no dia 22 de agosto de 2019, foi transitado em julgado a decisão acolhendo a pretensão da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, com efeito a partir de abril de 2002, num montante total de R\$ 1,014 bilhão de reais com base em referida ação judicial em créditos extemporâneos à serem compensados com débitos futuros de impostos pela Companhia.

O registro dos créditos extemporâneos de Pis e da Cofins de R\$ 1,014 bilhão foram alocados no balanço patrimonial na linha de “Tributos a Recuperar” no ativo não circulante, com a contrapartida no resultado da Companhia pelo ganho da causa, sendo o valor nominal do processo de R\$ 631 milhões registrados em “Outras líquidas”, e R\$ 383 milhões registrados em “Receita Financeira”, correspondente à correção monetária sobre os créditos auferidos desde 2002.

ICMS

A Companhia registrou créditos de impostos e contribuições incidentes nas aquisições de ativo imobilizado conforme legislação vigente, além de subvenção governamental de ICMS concedida pelo Governo do Paraná por conta do Projeto Puma, os quais vêm sendo utilizados para compensação com impostos a pagar da mesma natureza ou outros impostos, desde que aplicável. Os créditos de ICMS do Projeto Puma estão indexados pelo FCA – Fator de Conversão e Atualização Monetária do Estado do Paraná, com prazo de compensação até 2036 previsto no protocolo que concede a subvenção.

IPI

Em maio de 2016 e maio de 2018 a Companhia registrou créditos de IPI decorrentes de decisão favorável em processo tributário, transitado em julgado, substancialmente alocados no resultado financeiro, uma vez que somente o valor original foi alocado à despesa de IPI. Os créditos estão disponíveis para compensação nos termos da legislação tributária em vigor.

10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Natureza e expectativa de realização dos impostos diferidos

Os saldos dos impostos diferidos ativos e passivos são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisões fiscais, previdenciárias e cíveis	6.261	7.095	6.261	7.095
Provisões não dedutíveis	91.738	92.500	91.738	92.500
Prejuízos fiscais e bases negativas	561.303	522.040	561.321	522.068
Passivo atuarial	57.115	40.654	57.115	40.654
Provisões trabalhistas	42.103	42.826	42.103	42.826
Variação cambial diferida (i)	-	306.655	-	306.655
Ganho ou perda com instrumentos financeiros	206.587	38.803	206.587	38.803
Direito de uso (IFRS 16)	27.106	-	27.106	-
Outras diferenças temporárias	44.857	40.185	44.857	40.185
Ativo não circulante	1.037.070	1.090.758	1.037.088	1.090.786
Valor justo dos ativos biológicos	590.580	745.002	613.166	766.127
Depreciação taxa fiscal x taxa vida útil (Lei 12.973/14)	422.443	442.139	422.443	442.139
Custo atribuído ao ativo imobilizado (terras)	545.429	545.429	545.429	565.795
Ajuste a valor presente de saldos/ refis	-	36.650	-	36.650
Juros capitalizados (Lei 12.973/14)	130.348	136.004	130.348	136.004
Reserva de reavaliação de ativos	25.091	25.091	25.091	24.879
ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS (ii)	336.676	-	336.676	-
Depreciação Acelerada - Lei 12.272/12	75.535	78.992	75.535	78.992
Passivo de arrendamento (IFRS 16)	21.269	-	21.269	-
Outras diferenças temporárias	13.692	19.658	12.200	106
Passivo não circulante	2.161.063	2.028.965	2.182.157	2.050.692
Saldo líquido no balanço (passivo)	1.123.993	938.207	1.145.069	959.906

- (i) A Companhia alterou a opção de reconhecimento fiscal das variações cambiais de seus direitos e obrigações para o regime de competência no exercício de 2019.
(ii) Vide informações na nota explicativa 9.

A Administração, com base em orçamento aprovado, estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2019	
	Controladora	Consolidado
2020	253.506	253.506
2021	317.872	317.872
2022	153.183	153.183
2023	96.857	96.857
2024	9.064	9.064
acima de 2025	206.588	206.606
	1.037.070	1.037.088

A projeção de realização do saldo considera a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas a limitação de compensação de 30% do lucro real do exercício. A projeção pode não se concretizar caso as estimativas utilizadas sejam divergentes das efetivamente realizadas.

As informações da Companhia acerca dos tributos em discussão judicial estão demonstradas na nota explicativa 18.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social do resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de imposto corrente	272.952	(33.805)	293.939	(23.318)
Adoção do regime de competência de variação cambial (i)	(306.655)	(306.655)	(306.655)	(306.655)
Efeito da revisão do regime cambial sobre prejuízo fiscal (i)	91.898	91.898	91.898	91.898
Ajustes na base de incentivos fiscais (i)	23.692	7.529	23.692	7.529
Demais adições/exclusões	37	(64.190)	(44.751)	(91.690)
Corrente	81.924	(305.223)	58.123	(322.236)
Reversão/adição de diferenças temporárias	2.432	500.010	(12.743)	526.478
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	39.262	43.521	39.262	43.521
Ganho ou perda com instrumentos financeiros	167.784	38.802	167.784	38.802
Direito de uso (IFRS 16)	5.837	-	5.837	-
Juros Capitalizados	5.657	15.132	5.657	15.132
ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS	(336.676)	-	(336.676)	-
Passivo atuarial	(6.652)	3.914	(6.652)	3.914
Refis	36.650	41.298	36.650	41.298
Adoção do regime de competência de variação cambial	(306.655)	(142.667)	(306.655)	(142.667)
Depreciação Taxa Fiscal x Taxa Vida Útil - Lei 12.973	29.040	7.870	29.040	7.870
Variação de valor justo e exaustão de ativos biológicos	154.422	34.225	170.465	43.287
Diferido	(208.899)	542.105	(208.031)	577.635

(i) Contempla o reflexo da adoção do regime de variação cambial pela competência em substituição ao regime de caixa.

c) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	802.800	(99.427)	864.526	(66.581)
Imposto de renda e contribuição social alíquota de 34 %	(272.952)	33.805	(293.939)	23.318
Efeito tributário sobre diferenças permanentes:				
Diferença de tributação - em presas controladas (i)	-	-	-	18.602
Resultado de equivalência patrimonial	44.725	51.939	2.461	2.028
Adoção do regime de competência de variação cambial	(23.692)	-	(23.692)	-
Juros sobre capital próprio	102.000	132.600	102.000	132.600
Outros efeitos	22.944	18.538	63.262	78.851
	(126.975)	236.882	(149.908)	255.399
Imposto de renda e contribuição social				
. Corrente	81.924	(305.223)	58.123	(322.236)
. Diferido	(208.899)	542.105	(208.031)	577.635
Despesa de imposto de renda e da contribuição social no resultado	(126.975)	236.882	(149.908)	255.399

(i) Vide informações na nota explicativa 14.

	Klablin Finance S.A.	Klablin Austria GmbH	Guaricena Reflorestadora S.A.	Sapopema Reflorestadora S.A.	Soc. Conta de Participação Serrana	Soc. Conta de Participação CG Forest	Soc. Conta de Participação Mt Alegre	Soc. Conta de Participação Harmonia	Soc. Conta de Participação Araucária	Horestal Vale do Corisco S.A. (I)	Outras	Total
Em 31 de dezembro de 2017	70.232	10.911	-	-	89.698	113.931	197.243	192.428	164.930	171.673	95.057	1.106.103
Aquisição e integralização de capital (iv)			102.012			(145)	(325)				2.099	104.111
Dividendos distribuídos	37.043	23.219	26.277		12.814	(4.639)	7.838	26.937	18.884	(11.985)	(1.575)	(12.455)
Equivalência patrimonial (ii)										5.964		152.762
Varição cambial de investimento no exterior (iii)											(9.344)	(9.344)
Em 31 de dezembro de 2018	107.275	34.130	128.289	-	102.512	109.147	204.756	219.365	183.814	105.652	86.237	1.341.177
Aquisição, integralização e ajustes de capital (iv)			(614)	54.873		(125)	(292)				24.661	78.920
Dividendos distribuídos			(4.914)			(5.488)	23.669	(17.577)	5.995	(11.919)	(11.883)	(17.250)
Equivalência patrimonial (ii)	(20.804)	153.599	(7.992)	15.470	(11.681)					7.237		131.545
Varição cambial de investimento no exterior (iii)											7.669	7.669
Em 31 de dezembro de 2019	86.471	187.829	115.669	70.343	90.831	103.534	228.133	201.788	189.809	160.970	106.084	1.542.061

Resumo das demonstrações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2019

Ativo total	4.301.217	8.341.324	341.293	313.052	144.630	148.567	312.690	291.430	286.001	422.062		
Passivo total	4.214.746	8.153.495	8.333	5.607	1.272	2.125	8.020	8.669	11.782	107.335		
Patrimônio líquido	86.471	187.829	332.960	307.445	143.358	146.442	304.670	282.761	274.399	315.927		
Resultado do período	(18.709)	149.975	(20.411)	67.572	(11.682)	1.803	40.354	(1.604)	5.994	14.189		

(i) Formar-se de uma joint venture (vide nota explicativa 3), a Vale do Corisco não é consolidada, sendo o único investimento apresentado nos balanços consolidados como investimento com reconhecimento de equidade patrimonial.

(ii) Recebimentos de variação e realização do valorizado de ativos biológicos (nota explicativa 10) quando o resultado da controlada sofrer esse impacto.

(iii) Empresas controladas e co-geridas com característica de filial com variação e amortizada em outros resultados abrangentes

(iv) Vide informações na nota explicativa 1.

12 IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	31/12/2019			31/12/2018		
<u>Controladora</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Terrenos	2.037.213	-	2.037.213	2.028.621	-	2.028.621
Edifícios e construções	2.609.789	(633.400)	1.976.389	2.550.666	(540.260)	2.010.406
Máquinas, equipamentos e instalações	12.510.947	(5.507.413)	7.003.534	12.027.278	(4.601.334)	7.425.944
Obras e instalações em andamento	1.850.410	-	1.850.410	514.985	-	514.985
Outros (i)	529.410	(362.242)	167.168	499.477	(300.775)	198.702
	19.537.769	(6.503.055)	13.034.714	17.621.027	(5.442.369)	12.178.658
<u>Consolidado</u>						
Terrenos	2.210.453	-	2.210.453	2.102.042	-	2.102.042
Edifícios e construções	2.611.749	(638.951)	1.972.798	2.553.324	(541.795)	2.011.529
Máquinas, equipamentos e instalações	12.521.335	(5.508.702)	7.012.633	12.039.273	(4.608.045)	7.431.228
Obras e instalações em andamento	1.873.387	-	1.873.387	514.268	-	514.268
Outros (i)	534.922	(363.012)	171.910	505.422	(302.017)	203.405
	19.751.846	(6.510.665)	13.241.181	17.714.329	(5.451.857)	12.262.472

(i) Saldo correspondente a classes de imobilizado como benfeitorias, veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática.

As informações dos ativos imobilizados dados em garantia de operações firmadas pela Companhia constam na nota explicativa 15.

b) Movimentação sumária do imobilizado

	Controladora					
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras e instalações em andamento	Outros	Total
Saldo 31 de dezembro de 2017	1.998.046	1.975.127	7.878.751	460.614	286.653	12.599.191
Adições (i) e (ii)	24.962	-	16	649.588	-	674.566
Baixas	(1.103)	(8.158)	(14.546)	-	(289)	(24.096)
Depreciação	-	(89.597)	(937.626)	-	(66.882)	(1.094.105)
Transferências Internas	12.950	102.135	528.738	(627.291)	(16.532)	-
Outros	(6.234)	30.899	(29.389)	32.074	(4.248)	23.102
Saldo 31 de dezembro de 2018	2.028.621	2.010.406	7.425.944	514.985	198.702	12.178.658
Adições (i) e (ii)	5.333	-	-	1.973.066	-	1.978.399
Baixas	-	(108)	(25.966)	(79)	(9.980)	(36.133)
Depreciação	-	(93.304)	(955.019)	-	(71.056)	(1.119.379)
Transferências Internas	3.259	53.523	562.927	(664.891)	45.182	-
Juros capitalizados	-	-	-	27.869	-	27.869
Outros	-	5.872	(4.352)	(540)	4.320	5.300
Saldo 31 de dezembro de 2019	2.037.213	1.976.389	7.003.534	1.850.410	167.168	13.034.714

(i) Líquido dos impostos recuperáveis (vide nota explicativa 9).

(ii) Vide informações na nota explicativa 1.

						Consolidado
		Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras e instalações em andamento	Outros	Total
Saldo 31 de dezembro de 2017	2.004.150	1.977.037	7.889.025	461.876	287.407	12.619.495
Adições (i) e (ii)	92.412	-	16	652.082	-	744.510
Baixas	(1.102)	(8.158)	(14.546)	-	(291)	(24.097)
Depreciação	-	(89.685)	(938.520)	-	(67.105)	(1.095.310)
Transferências Internas	12.948	102.135	528.738	(627.384)	(16.437)	-
Outros	(6.366)	30.200	(33.485)	27.694	(169)	17.874
Saldo 31 de dezembro de 2018	2.102.042	2.011.529	7.431.228	514.268	203.405	12.262.472
Adições (i) e (ii)	96.653	-	-	2.009.794	-	2.106.447
Baixas	(29)	(108)	(25.965)	(79)	(10.012)	(36.193)
Depreciação	-	(93.603)	(955.827)	-	(71.198)	(1.120.628)
Transferências Internas	12.444	53.523	562.927	(674.077)	45.183	-
Juros capitalizados	-	-	-	27.869	-	27.869
Outros	(657)	1.457	270	(4.388)	4.532	1.214
Saldo 31 de dezembro de 2019	2.210.453	1.972.798	7.012.633	1.873.387	171.910	13.241.181

(i) Líquido dos impostos recuperáveis (vide nota explicativa 9).

(iii) Vide informações na nota explicativa 1.

(i) Líquido dos impostos recuperáveis (vide nota explicativa 9).

(ii) Vide informações na nota explicativa 1.

A depreciação foi substancialmente apropriada ao custo de produção do exercício.

c) Vida útil e método de depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação pelo método linear que foram aplicáveis aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, definida com base na vida útil econômica dos ativos:

	Taxa - %
Edifícios e construções	2,86 a 3,33
Máquinas, equipamentos e instalações (i)	2,86 a 10
Outros	4 a 20

(i) Taxa média de 8%.

d) Obras e instalações em andamento

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de obras e instalações em andamento refere-se substancialmente a projetos de desenvolvimento de sua atividade industrial como a construção de duas máquinas de papel, com produção de celulose integrada, localizadas na unidade industrial da Klabin no município de Ortigueira (PR) (Puma II), conforme nota explicativa 1.4.

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

A Companhia, na aplicação dos requisitos do CPC 01(R1) – Redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36), efetuou as análises aplicáveis e não identificou indicadores de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

13 ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose de fibra curta, longa e *fluff*, bem como utilizada no processo de produção de papel e vendas de toras de madeira para terceiros.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui 258 mil hectares (239 mil hectares em 31 de dezembro de 2018) de florestas plantadas, desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia, ao valor justo, pode ser assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custo de formação dos ativos biológicos	1.663.787	1.142.474	2.315.727	1.715.919
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos	1.711.777	2.161.300	2.396.654	2.866.712
	3.375.564	3.303.774	4.712.381	4.582.631

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram identificadas necessidades de provisão para impairment.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo adotando as seguintes premissas em sua apuração:

(i) Serão mantidas a custo histórico as florestas de eucalipto até o terceiro ano de plantio e florestas de pinus até o quinto ano de plantio, em decorrência do entendimento da Administração de que durante esse período, o custo histórico dos ativos biológicos se aproxima de seu valor justo, além de ser possível de realizar os inventários para avaliação de crescimento e expectativa de produção da floresta somente após este período;

(ii) As florestas, após o terceiro e quinto ano de plantio, de eucalipto e pinus respectivamente, são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo;

(iii) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

(iv) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado da Companhia, o qual é revisado pela Administração;

(v) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, material genético, regime de manejo florestal, potencial produtivo, rotação e idade das florestas. O conjunto dessas características compõe um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade. O plano de corte das culturas mantidas pela Companhia é variável principalmente entre 6 e 7 anos para eucalipto e entre 14 e 15 anos para pinus;

(vi) Os preços dos ativos biológicos (madeira em pé), denominados em R\$/metro cúbico são obtidos por meio de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratar-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;

(vii) Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos;

(viii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no período;

(ix) A Companhia efetua a reavaliação do valor justo de seus ativos biológicos trimestralmente, sob o entendimento de que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

b) Reconciliação e movimentação das variações de valor justo

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.272.496	4.147.779
Plantio e compras de madeira em pé	243.677	338.786
Aquisição de ativos florestais (i)	-	123.000
Exaustão:	(536.030)	(655.301)
. Custo histórico	(156.611)	(179.479)
. Ajuste ao valor justo	(379.419)	(475.822)
Variação de valor justo por:	466.074	628.367
. Preço	185.764	239.346
. Crescimento	280.310	389.021
Constituição de controlada (i)	(142.443)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.303.774	4.582.631
Plantio e compras de madeira em pé	681.962	748.130
Aquisição de ativos florestais (i)	-	56.946
Exaustão:	(889.656)	(1.065.379)
. Custo histórico	(160.647)	(205.262)
. Ajuste ao valor justo	(729.009)	(860.117)
Variação de valor justo por:	279.484	390.053
. Preço	(47.963)	(68.436)
. Crescimento	327.447	458.489
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.375.564	4.712.381

(i) Vide informações na nota explicativa 1

A exaustão dos ativos biológicos dos exercícios apresentados foi substancialmente apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

Destaca-se na variação do valor justo o aumento da taxa de desconto utilizada e a queda do índice de produtividade no exercício.

c) Análise de sensibilidade

De acordo com a hierarquia do CPC 46 (equivalente ao IFRS 13) – Mensurações do Valor Justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

Dentre as premissas utilizadas no cálculo destaca-se a sensibilidade aos preços utilizados na avaliação e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa descontado. Os preços referem-se aos praticados nas regiões onde a Companhia está alocada, já a taxa de desconto corresponde ao custo médio de capital, levando em conta a taxa básica de juros (Selic) e níveis de inflação.

Aumentos (reduções) significativos nos preços utilizados na avaliação resultariam em acréscimo (decrécimo) na mensuração do valor justo dos ativos biológicos. O preço médio ponderado utilizado na avaliação do ativo em 31 de dezembro de 2019 foi equivalente a R\$66/m³ (R\$67/m³ em 31 de dezembro de 2018).

Sobre a taxa de desconto, os efeitos significativos de elevação (redução) da taxa utilizado na mensuração do valor justo dos ativos biológicos, acarretaria em queda (elevação) dos valores mensurados. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia utilizou o custo médio de capital ponderado de 4,11% em moeda constante para a controladora e 5,39% nas controladas (4,74% na controladora e nas controladas em 31 de dezembro de 2018).

14 DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

a) Adoção inicial

A Companhia adotou em 1º de janeiro de 2019, data da transição, as diretrizes do IFRS 16/CPCo6 (R2) – “Operações de Arrendamento Mercantil”, que determina o reconhecimento, a partir da data da transição, do direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento, e que inclui o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinado ativo identificado (específico), a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

Abordagem de transição

A Administração avaliou os impactos da nova norma e optou pela abordagem retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, sendo os efeitos apresentados a partir de 01 de janeiro de 2019.

Na transição, os passivos de arrendamento serão mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos. Os ativos de direito de uso serão mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Isenções adotadas pela Companhia

A Companhia aplicou os seguintes expedientes práticos e isenções:

(i) Definição de contrato de arrendamento na transição: a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados vigentes de 1º de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2)/ IFRS 16.

(ii) Contratos cujo o prazo remanescente na data da adoção era igual ou inferior a 12 meses: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

(iii) Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em

base linear ao longo do prazo do arrendamento.

(iv) Aplicação uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente).

(v) A Companhia analisou dentro das operações que se enquadram no escopo da norma os efeitos relativos às contingências e riscos de *impairment* e não identificou impactos.

Impactos no balanço patrimonial na adoção inicial

O principal impacto da adoção da nova norma está relacionado às operações de arrendamento de terras florestais, correspondentes a aproximadamente 80 mil hectares, além do arrendamento de maquinários industriais, agrícolas e imóveis administrativos e galpões comerciais.

O quadro abaixo apresenta os efeitos no balanço patrimonial da adoção da nova norma em 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2019:

Efeito do IFRS 16 no Balanço Patrimonial da Controladora em					
Ativo			Passivo		
	01/01/2019	31/12/2019		01/01/2019	31/12/2019
Circulante	-		Circulante	90.477	100.198
			Passivos de arrendamentos	90.477	100.198
Não circulante	372.893	478.522	Não circulante	282.416	394.233
Direito de uso dos ativos	372.893	491.616	Passivos de arrendamentos	282.416	394.233
Ativos biológicos	-	(13.094)	Patrimônio Líquido	-	(15.909)
			Resultados acumulados	-	(15.909)
Total	372.893	478.522	Total	372.893	478.522

Efeito do IFRS 16 no Balanço Patrimonial Consolidado em					
Ativo			Passivo		
	01/01/2019	31/12/2019		01/01/2019	31/12/2019
Circulante	-		Circulante	90.477	100.510
			Passivos de arrendamentos	90.477	100.510
Não circulante	372.893	481.287	Não circulante	282.416	396.719
Direito de uso dos ativos	372.893	494.399	Passivos de arrendamentos	282.416	396.719
Ativos biológicos	-	(13.112)	Patrimônio Líquido	-	(15.942)
			Resultados acumulados	-	(15.942)
Total	372.893	481.287	Total	372.893	481.287

b) Política contábil e premissas para o reconhecimento

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na

linha competente a sua natureza (“Custo dos produtos vendidos” / “Despesas Administrativas” / “Despesas Comerciais”), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

A depreciação do ativo de direito de uso é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia reconhece seu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

(i) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia avaliou os aspectos de renovação em sua metodologia e por não identificar aspectos de renovação optou por não considerar as renovações dos contratos, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas.

(ii) Contratos que envolvam o uso de ativos subjacentes de baixo valor.

(iii) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.

(iv) Inclusão dos impostos recuperáveis na definição das contraprestações assumidas dos contratos em que seja aplicável.

(v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

(vi) A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram baseadas nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade da Companhia, para as operações de arrendamento de terras florestais e imóveis administrativos e galpões comerciais foram de 3,00% ao ano para contratos com vencimento de até 5 anos, 4,74% com vencimento de 5 à 10 anos e 5,09% com vencimento acima de 10 anos, além de 5,54% para operações que envolvam máquinas e equipamentos. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes por meio de sondagens junto aos bancos que atendem a Companhia, líquidas de inflação.

(vii) A remensuração para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento será feita no mês de aniversário de um ano de cada contrato (*reset*), na qual a Companhia avaliará a necessidade de reajustes nos pagamentos mensais e anuais e, caso aplicável, os reajustes serão realizados no ativo contra o passivo de arrendamentos.

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2019 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

c) Composição e movimentação sumária dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui 316 contratos de arrendamentos na controladora e 317 no consolidado (238 na controladora e no consolidado em 01 de janeiro de 2019) reconhecidos em seu balanço patrimonial.

Controladora						
Direito de uso dos ativos	01/01/2019	Amortização	Adições/Baixas	31/12/2019		
Terras	232.986	(39.384)	167.872	361.474		
Edifícios	32.976	(13.600)	(1.292)	18.084		
Máquinas e Equipamentos	106.931	(32.812)	37.939	112.058		
Total no ativo	372.893	(85.796)	204.519	491.616		
Passivos dos arrendamentos	01/01/2019	Juros	Pagamentos	Adições/Baixas	Trans. CP/LP	31/12/2019
Passivo circulante	90.477	12.900	(102.252)	26.502	72.571	100.198
Passivo não circulante	282.416	42.557	-	141.831	(72.571)	394.233
Total no passivo	372.893	55.457	(102.252)	168.333	-	494.431
Consolidado						
Direito de uso dos ativos	01/01/2019	Amortização	Adições/Baixas	31/12/2019		
Terras	232.986	(39.475)	170.747	364.258		
Edifícios	32.976	(13.600)	(1.292)	18.084		
Máquinas e Equipamentos	106.931	(32.812)	37.938	112.057		
Total no ativo	372.893	(85.887)	207.393	494.399		
Passivos dos arrendamentos	01/01/2019	Juros	Pagamentos	Adições/Baixas	Trans. CP/LP	31/12/2019
Passivo circulante	90.477	13.024	(102.361)	26.719	72.650	100.509
Passivo não circulante	282.416	42.966	-	143.988	(72.650)	396.720
Total no passivo	372.893	55.990	(102.361)	170.707	-	497.229

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apurou despesa de R\$ 12 milhões referente aos arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

d) Cronograma de vencimento dos arrendamentos

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2019				31/12/2019			
	Terras	Edifícios	Máquinas e Equipamentos	Total	Terras	Edifícios	Máquinas e Equipamentos	Total
2020	51.628	12.376	57.170	121.174	52.062	12.376	57.170	121.608
2021	48.861	6.624	43.777	99.262	49.296	6.624	43.777	99.697
2022	43.490	-	18.706	62.196	43.925	-	18.706	62.631
2023	39.488	-	623	40.111	39.922	-	623	40.545
2024	39.467	-	304	39.771	39.902	-	304	40.206
2025 - 2029	151.215	-	-	151.215	152.373	-	-	152.373
2030 - 2034	82.343	-	-	82.343	82.343	-	-	82.343
2035 - 2039	14.337	-	-	14.337	14.337	-	-	14.337
2040 - 2058	3.586	-	-	3.586	3.586	-	-	3.586
	474.415	19.000	120.580	613.995	477.746	19.000	120.580	617.326
Juros embutidos	(111.758)	(453)	(7.353)	(119.564)	(112.291)	(453)	(7.353)	(120.097)
Passivo dos arrendamentos	362.657	18.547	113.227	494.431	365.455	18.547	113.227	497.229

e) Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar

A Companhia possui o direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de edifícios e máquinas e equipamentos. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de Pis/Confis apresentados no quadro a seguir:

Fluxo de caixa	Controladora e Consolidado	
	Nominal	Ajustado valor presente
Contraprestação do arrendamento	139.580	131.774
Pis/Cofins (9,25%)	12.911	12.189

f) “Misleading” provocado pela plena aplicação do CPCo6 (R2)

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPCo6 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. A Administração avaliou a utilização de fluxos nominais e concluiu que estes não apresentam distorções relevantes nas informações apresentadas.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPCo6 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa real), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2019	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2019
<u>Fluxo real</u>				
Passivo de Arrendamento	456.049	613.995	456.049	617.326
Juros embutidos	(83.156)	(119.564)	(83.156)	(120.097)
	372.893	494.431	372.893	497.229
<u>Fluxo inflacionado</u>				
Passivo de Arrendamento	541.106	777.197	541.106	781.083
Juros embutidos	(98.665)	(151.345)	(98.665)	(151.955)
	442.441	625.852	442.441	629.128

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição dos empréstimos e financiamentos

	Juros anuais %	31/12/2019		
		Circulante	Não Circulante	Total
Em moeda nacional				
. BNDES - Projeto Puma II (ii)	TLP + 3,58	210	500.382	500.592
. BNDES - Outros (ii)	TJLP + 2,06 a 3,28	25.765	74.418	100.183
. BNDES - FINAME (ii)	2,5 a 5,5 ou TJLP + 2,06 a 3,28	19.729	-	19.729
. Notas de crédito a exportação (em R\$)	102 a 105 do CDI	226.864	756.667	983.531
. CRA	4,51%	90.767	3.705.050	3.795.817
. Outros	0,76 a 8,75 ou TJLP	9.977	10.921	20.898
. Custo com captação		(28.411)	(242.183)	(270.594)
		344.901	4.805.255	5.150.156
Em moeda estrangeira (i)				
. BNDES - Outros (ii)	USD + 6,37 a 6,70	12.648	-	12.648
. Pré pagamentos exportação	USD + Libor 1,35 a 2,20 ou USD 5,40 + 6,25	45.181	3.186.312	3.231.493
. Notas de crédito a exportação	5,64 a 5,67	4.397	1.878.882	1.883.279
. Pré pagamentos exportação c/ controladas	3,50	202.430	10.584.618	10.787.048
. Finnvera	USD + Libor + 0,82 a 1,05 ou USD + 3,88	166.458	822.525	988.983
. ECA	EUR + 0,45%	5.277	28.714	33.991
. Ganho/perda com instrumentos derivativos (swap)	4,70 a 5,67	-	400.073	400.073
. Custo com captação		(22.907)	(88.637)	(111.544)
		413.484	16.812.487	17.225.971
Total Controladora		758.385	21.617.742	22.376.127
Nas Controladas:				
Em moeda estrangeira (i)				
. Bonds (Notes)	USD + 4,88 a 7,00	129.834	8.147.907	8.277.741
. Pré pagamentos exportação (Notes)		28.716	2.418.420	2.447.136
. Custo com captação		(12.722)	(60.059)	(72.781)
		145.828	10.506.268	10.652.096
. Eliminação de Pré-pagamentos c/ controladas		(202.430)	(10.584.618)	(10.787.048)
Total Consolidado		701.783	21.539.392	22.241.175

(i) Em dólares norte-americanos

(ii) BNDES - Considerado parte relacionada por conta de sua participação acionária na Companhia (vide nota explicativa 7 e 19).

	Juros anuais %			31/12/2018
		Circulante	Não Circulante	Total
Em moeda nacional				
. BNDES - Projeto Puma (ii)	6,0 ou TJLP + 1,98 a 2,48	289.961	1.388.334	1.678.295
. BNDES - Outros (ii)	TJLP + 2,06 a 3,28	57.724	26.739	84.463
. BNDES - FINAME (ii)	2,5 a 5,5 ou TJLP + 2,06 a 3,28	90.697	19.687	110.384
. Notas de crédito a exportação (em R\$)	102 a 114 CDI	93.047	2.832.215	2.925.262
. CRA	95 a 102 do CDI	19.335	1.795.916	1.815.251
. Outros	1,0 a 8,75	18.916	18.443	37.359
. Custo com captação		(11.480)	(53.949)	(65.429)
		558.200	6.027.385	6.585.585
Em moeda estrangeira (i)				
. BNDES - Projeto Puma (ii)	USD + 7,18	182.437	911.895	1.094.332
. BNDES - Outros (ii)	USD + 6,76 a 6,98	31.399	12.131	43.530
. Pré pagamentos exportação	USD + Libor 1,70 a 4,75 ou USD + 4,68 a 5,87	596.300	3.962.769	4.559.069
. Notas de crédito a exportação	USD + Libor 2,50	134.040	452.060	586.100
. Pré pagamentos exportação c/ controladas	USD + 5,20 a 6,15	73.417	3.894.174	3.967.591
. BID	USD + Libor + 1,40 a 1,78 ou USD + 1,00	190.528	650.951	841.479
	USD + Libor + 0,82 a 1,05 ou USD + 1,88 a 3,88	167.047	948.024	1.115.071
. Finnvera		5.178	33.250	38.428
. ECA	EUR + 0,45 %	-	114.125	114.125
. Ganho/perda com instrumentos derivativos (swap)	5,64 a 5,67	(20.738)	(91.496)	(112.234)
. Custo com captação		1.359.608	10.887.883	12.247.491
		1.917.808	16.915.268	18.833.076
Total Controladora				
Nas Controladas:				
Em moeda estrangeira (i)				
. Bonds (Notes)	USD + 4,88 a 5,25	72.834	3.874.800	3.947.634
. Custo com captação		(3.446)	(26.677)	(30.123)
		69.388	3.848.123	3.917.511
. Eliminação de Pré-pagamentos c/ controladas				
		(73.417)	(3.894.174)	(3.967.591)
Total Consolidado				
		1.913.779	16.869.217	18.782.996

(i) Em dólares norte-americanos

(ii) BNDES - Considerado parte relacionada por conta de sua participação acionária na Companhia (vide nota explicativa 7 e 19).

BNDES

A Companhia tem contratos com o BNDES que tiveram por finalidade o financiamento de projetos de desenvolvimento industrial, como o financiamento para a construção da nova máquina de papel em Correia Pinto (SC), a construção da nova máquina de reciclados em Goiana (PE) e o projeto de expansão produtiva de papéis, denominado Projeto Puma II, com liquidação prevista para 2039. A amortização do financiamento está sendo realizada mensalmente com os respectivos juros.

Pré-pagamentos exportação e notas de crédito à exportação

As operações de pré-pagamentos e notas de crédito à exportação (em R\$ e USD) foram captadas com a finalidade de administração do capital de giro e desenvolvimento das operações da Companhia. A liquidação dos contratos está prevista para até fevereiro de 2026.

Bonds (Notes)

A Companhia, por meio de suas subsidiárias integrais Klabin Finance S.A. e Klabin Áustria GmbH emitiram títulos representativos de dívida (Notes) no mercado internacional com listagem na Bolsa de Luxemburgo (Euro MTF) e na Bolsa de Singapura (SGX) com tipo de emissão *Senior Unsecured Notes* 144A/Reg S.

(i) Em julho de 2014 foi concluída a captação de USD 500 milhões com prazo de vencimento de 10 anos e cupom de 5,25% pagos semestralmente, tendo como objetivo de financiar as atividades da Companhia e de suas controladas dentro do curso normal dos negócios e atendendo os respectivos

objetos sociais. Em abril de 2019 foi realizada a recompra de USD 238 milhões, alinhado a estratégia de escalonamento de dívida da Companhia.

(ii) Em setembro de 2017 a Companhia emitiu *Green Bonds* no valor de USD 500 milhões, com vencimento em 10 anos e cupom semestral de 4,88%. O recurso é destinado às atividades de reflorestamento, restauração de matas nativas, investimentos em energia renovável, logística eficiente com uso de transporte ferroviário, reciclagem de resíduos sólidos e desenvolvimento de produtos eco-eficientes, dentre outras práticas de sustentabilidade.

(iii) Em março de 2019 foi concluída a captação de USD 500 milhões com prazo de vencimento de 10 anos e cupom de 5,75% ao ano e USD 500 milhões em *Green Bonds* com vencimento em 30 anos e cupom de 7% ao ano, tendo como objetivo o pagamento antecipado ou refinanciamento de dívidas da Companhia e de suas controladas, bem como para reforço de caixa.

(iv) Em julho de 2019 foi concluída a captação de USD 250 milhões de valor nominal com prazo de vencimento de 10 anos e cupom de 5,75% e *yield* de 4,90% ao ano, tendo como objetivo o pagamento antecipado ou refinanciamento de dívidas da Companhia e de suas controladas, bem como para reforço de caixa.

Finnvera (Agência de crédito de exportação da Finlândia)

Como parte do *funding* necessário para execução do Projeto Puma, a Companhia firmou contrato para captação de recursos, para utilizar no financiamento dos ativos adquiridos do Projeto Puma. O valor do compromisso é de até USD 460 milhões com vencimento em 2026, divididos em duas tranches, sendo a primeira de até USD 414 milhões com juros de 3,4% a.a. e a segunda tranche de até USD 46 milhões com juros de Libor 6M + 1% a.a., sendo que dois desembolsos ocorreram em 2015 totalizando USD 325,7 milhões e um último desembolso de USD 38,6 milhões foi liberado no quarto trimestre de 2016, totalizando USD 364,3 milhões. O valor captado em USD foi menor que o inicialmente previsto devido o lastro das importações ser em Euro e da valorização do dólar frente ao Euro no período.

CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio

A Companhia emitiu debêntures simples que servem de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”), sendo:

(i) CRA I - emitidos pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A em março de 2017 no montante de R\$ 845,9 milhões, com prazo de 5 anos e juros semestrais de 95% do CDI.

(ii) CRA II - emitidos pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A em dezembro de 2017 no montante de R\$ 600 milhões, com prazo de 6 anos e juros semestrais de 97,5% do CDI.

(iii) CRA III - emitidos pela Ápice Securitizadora S.A em setembro de 2018 no montante de R\$ 350 milhões, com prazo de 6 anos e juros semestrais de 102% do CDI.

(iv) CRA IV - emitidos pela VERT Companhia Securitizadora em abril de 2019 no montante de R\$ 1 bilhão dividido em duas séries. A primeira série no montante total de R\$ 200 milhões, com prazo de vencimento de 7 anos e juros semestrais de 98% do CDI. A segunda série no montante total de R\$ 800 milhões, com prazo de vencimento de 10 anos e juros semestrais de correspondentes a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA.

(v) CRA V - emitidos pela VERT Companhia Securitizadora em julho de 2019 no montante de R\$ 1 bilhão com prazo de 10 anos e juros de IPCA + 3,5% ao ano.

Instrumentos derivativos (swap) – ganho/perda

Em dezembro de 2018 a Companhia fez a captação junto ao Banco Bradesco de uma nova nota de crédito à exportação de R\$ 1.879 milhões com vencimento em 2026 e juros de 114% do CDI, sem garantia real e sem *covenant*, porém atrelada em conjunto de duas *swaps* de câmbio e taxa de mesmo valor, porém em USD e juros de 5,6%, com mesmo vencimento da nota de crédito, não podendo nenhum instrumento ser liquidado separadamente.

Em março de 2019 a Companhia fez a contratação junto ao Banco Itaú de uma *swap* com posição ativa em 114,65% do CDI e passiva em USD 5,40% a.a.. Essa operação é atrelada a 12ª emissão de debêntures no valor de R\$ 1 bilhão, ocorrida em abril de 2019, conforme divulgado na nota 12 b).

O ganho e perda dos instrumentos derivativos são apurados por sua marcação ao mercado, correspondente a seu valor justo, reconhecida no resultado financeiro.

b) Cronograma dos vencimentos não circulantes

O vencimento dos financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2019 classificados no passivo não circulante no balanço consolidado é demonstrado da seguinte forma:

Ano	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Valor	766.000	357.000	1.161.000	3.547.000	2.189.000	2.810.000	10.709.392	21.539.392

c) Movimentação sumária dos empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	18.716.549	18.675.541
Captações	2.403.318	2.385.592
Ganho ou perda com instrumentos financeiros	114.126	114.126
Provisão de Juros	1.098.486	1.068.477
Variação cambial e monetária	2.130.114	2.137.491
Amortizações	(4.537.099)	(4.531.056)
Pagamento de juros	(1.092.418)	(1.067.175)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	18.833.076	18.782.996
Captações	9.956.289	9.791.230
Ganho ou perda com instrumentos financeiros	285.947	285.947
Provisão de Juros	1.395.289	1.363.506
Variação cambial e monetária	463.983	768.208
Amortizações	(7.318.825)	(7.565.565)
Pagamento de juros	(1.239.632)	(1.185.147)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	22.376.127	22.241.175

d) Garantias

Os financiamentos junto ao BNDES são garantidos por terrenos, edifícios, benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações das fábricas de Otacílio Costa – SC, Telêmaco Borba – PR e Ortigueira – PR, objeto dos respectivos financiamentos, bem como por avais dos acionistas controladores Klabin Irmãos & Cia.

O financiamento junto à Finnvera é garantido pelas plantas industriais de Angatuba – SP, Piracicaba – SP, Betim – MG e Goiana – PE.

Os empréstimos de crédito de exportação, pré-pagamentos de exportações e capital de giro não possuem garantias reais.

e) Cláusulas restritivas de contratos

A Companhia e suas controladas não têm quaisquer contratos de financiamentos mantidos na data das referidas demonstrações financeiras que possuam cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros sobre as operações contratadas cujo descumprimento torne automaticamente exigível o pagamento da dívida.

16 DEBÊNTURES

a) 7ª emissão de debêntures

A Companhia concluiu em 23 de junho de 2014 a 7ª emissão de debêntures sendo emitidas 55.555.000 debêntures simples, com garantia fidejussória, conjugadas com bônus de subscrição, pelo valor nominal unitário de R\$ 14,40, totalizando R\$ 800 milhões, divididas em duas séries de 27.777.500 debêntures cada de forma simultânea.

	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Taxa de Juros	Vencimento	Amortização	Juros	Natureza	Bônus de subscrição
			R\$ mil						
1ª série	27.777.500	14,40	399.996	IPCA + 7,25%	15/06/2020	Sem amortização	Semestral	Dívida conversível	Sim
2ª série	27.777.500	14,40	399.996	IPCA + 2,50%	15/06/2022	Semestral	Semestral	Dívida	Não
	55.555.000		799.992						

(i) 1ª Série – As Debêntures da 1ª Série têm vencimento em 15 de junho de 2020, terão rendimento de IPCA + 7,25% ao ano, com pagamento de juros semestralmente com dois anos de carência, sem amortização do principal, e têm natureza de dívida conversível, haja vista que podem ser utilizadas a qualquer tempo até o vencimento, a critério do titular, para subscrever e integralizar em ações de emissão da Companhia na forma de “Units” (composta por 1 ação ordinária - ON e 4 ações preferenciais - PN), na proporção de 1 (uma) “Unit” para cada Debênture, por meio do exercício dos bônus de subscrição que serão atribuídos como vantagem adicional aos debenturistas.

(ii) 2ª Série – As Debêntures da 2ª Série têm vencimento em 15 de junho de 2022, terão rendimento de IPCA + 2,50% ao ano, pagos semestralmente juntamente com a amortização do principal, com dois anos de carência, e não têm natureza de dívida conversível, estando, portanto, desatreladas dos Bônus de Subscrição.

O adquirente da 1ª Série obrigatoriamente deve adquirir debêntures da 2ª Série. Foi alocado ao patrimônio líquido, o montante de R\$ 28.503 decorrente do bônus de subscrição das debêntures emitidas. Cabe aos debenturistas a possibilidade de conversão das debêntures em “Units” de forma antecipada a qualquer momento.

Foram subscritas pelo BNDES 98,86% das debêntures e o restante pelos demais acionistas no mercado.

b) 12ª emissão de debêntures

A Companhia concluiu em 1º de abril de 2019 a 12ª emissão de debêntures, sendo emitidas 100 mil debêntures pelo valor nominal unitário de R\$ 10 mil, totalizando R\$ 1 bilhão, com vencimento em 19 de março de 2029. Os juros pagos serão de 114,65% do CDI semestralmente e as amortizações ocorrerão ao final do 8º, 9º e 10º ano. Essa operação possui um *swap* vinculado contratado junto ao banco Itaú com posição ativa em CDI a 114,65% do CDI e passiva em USD 5,40% a.a., conforme divulgado na nota explicativa 15.

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total R\$		Taxa de Juros	Vencimento	Amortização	Juros	Natureza	Bônus de subscrição
		mil							
100.000	10.000,00	1.000.000		114,65% do CDI	19/03/2029	Anual (8º, 9º e 10º ano)	Semestral	Dívida	Não
100.000		1.000.000							

c) Composição do saldo de debêntures

	Controladora e consolidado				
	31/12/2019			31/12/2018	
	7ª Emissão	12ª Emissão	Total	7ª Emissão	Total
Passivo circulante					
. Principal	461.497	-	461.497	61.538	61.538
. Juros	3.324	16.254	19.578	148	148
. Correção monetária/Part. resultados	91.684	-	91.684	91.684	-
	556.505	16.254	572.759	153.370	61.686
Passivo não circulante					
. Principal	92.306	1.000.000	1.092.306	553.805	553.805
. Juros	-	-	-	-	-
. Ganho/perda com instrumentos derivativos (swap)	-	207.535	207.535	-	-
. Correção monetária/Part. resultados	-	-	-	75.688	75.688
. Bônus subscrição	(28.503)	-	(28.503)	(28.503)	(28.503)
	63.803	1.207.535	1.271.338	600.990	600.990
Total do passivo das debêntures	620.308	1.223.789	1.844.097	754.360	662.676
. Juros até o vencimento a valor presente	-	-	-	-	-
. Bônus subscrição	28.503	-	28.503	28.503	28.503
. Custo emissão da debênture	-	-	-	-	-
	28.503	-	28.503	28.503	28.503
Total	648.811	1.223.789	1.872.600	782.863	691.179

d) Movimentação sumária do passivo das debêntures

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	873.870
Provisão de juros e variação monetária	91.712
Amortizações (7ª emissão)	(61.538)
Pagamento de juros (6ª emissão)	(179.541)
Pagamento de juros (7ª emissão)	(61.827)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	662.676
12ª emissão de debêntures	1.000.000
Ganho ou perda com instrumentos financeiros	207.535
Provisão de juros e variação monetária	122.843
Amortizações (7ª emissão)	(61.538)
Pagamento de juros (7ª emissão)	(53.747)
Pagamento de juros (12ª emissão)	(33.672)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.844.097

17 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Moeda nacional	839.763	814.760	842.875	814.892
Moeda nacional (risco sacado)	137.164	52.779	137.164	52.779
Moeda estrangeira	25.266	26.791	44.217	36.081
	1.002.193	894.330	1.024.256	903.752

A Companhia, em geral, opera com prazo médio de pagamento junto a seus fornecedores operacionais de aproximadamente 51 dias (50 dias em 31 de dezembro de 2018). No caso de fornecedores de ativos imobilizados os prazos seguem negociação comercial de cada operação.

Do saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2019, R\$ 137.164 (R\$ 145.143 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e no consolidado, correspondem as operações de risco sacado em que não houve modificações relevantes das condições de compras (pagamentos e de preços negociados) com os fornecedores, permanecendo como usualmente praticado no mercado. As operações de risco sacado possibilitam aos fornecedores melhor gerenciamento de suas necessidades de fluxo de caixa, em detrimento de maior intensificação das relações comerciais com a Companhia.

18 PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS**a) Riscos provisionados**

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	Montante	Depósitos		31/12/2019
		Judiciais	Passivo	Depósitos
Na controladora:	Provisionado	Vinculados	Líquido	Judiciais
<u>Tributárias:</u>				sem vínculo
. PIS/COFINS	-	-	-	44.105
. ICMS/IPI	-	-	-	21.744
. IR/CS	(10.715)	3.616	(7.100)	98
. OUTRAS	(21)	21	-	23.217
	(10.736)	3.637	(7.100)	89.164
Trabalhistas	(42.103)	19.218	(22.885)	-
Cíveis	(7.680)	3.728	(3.952)	-
	(60.519)	26.583	(33.937)	89.164
<u>Nas controladas:</u>				
Outras	-	1.432	1.432	-
Consolidado	(60.519)	28.015	(32.505)	89.164

31/12/2018				
Na controladora:	Montante	Depósitos	Passivo	Depósitos
	Provisionado	Judiciais Vinculados	Líquido	Judiciais sem vínculo
Tributárias:				
. PIS/COFINS	-	-	-	30.601
. ICMS/IPI	-	-	-	21.133
. IR/CS	(10.411)	3.614	(6.797)	98
. OUTRAS	(40)	40	-	4.211
	(10.451)	3.654	(6.797)	56.043
Trabalhistas	(43.250)	20.999	(22.251)	-
Cíveis	(10.417)	4.530	(5.887)	-
	(64.118)	29.183	(34.935)	56.043
Nas controladas:				
Outras	-	1.432	1.432	-
Consolidado	(64.118)	30.615	(33.503)	56.043

b) Movimentação sumária do montante provisionado

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Exposição líquida
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(26.007)	(10.716)	(36.723)
Provisão / Novos Processos	(6.797)	(2.606)	(706)	(10.109)
Baixas e Reversões	-	4.131	6.087	10.218
Movimentação de Depósito	-	2.231	880	3.111
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(6.797)	(22.251)	(4.455)	(33.503)
Provisão / Novos Processos	(303)	(2.315)	(31)	(2.649)
Baixas e Reversões	-	3.148	2.685	5.833
Movimentação de Depósito	-	(1.467)	(719)	(2.186)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(7.100)	(22.885)	(2.520)	(32.505)

c) Contingências fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis não reconhecidas

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas eram parte em outros processos tributários, trabalhistas e cíveis envolvendo riscos de perda para a Companhia avaliados como “possíveis” que totalizam aproximadamente: R\$ 4.111.680, R\$ 252.121 e R\$ 80.697 respectivamente (R\$ 2.488.226, R\$ 243.557 e R\$ 84.752 em 31 de dezembro de 2018). Com base na análise individual dos correspondentes processos judiciais e suportados por opinião de seus consultores jurídicos, a Administração entende que estes processos tem os prognósticos de perda avaliados como “possíveis” e, dessa forma, não são provisionados.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia figurava no polo passivo em diversos processos, tais como:

Processos de natureza tributária

(i) Execução fiscal ajuizada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, para cobrança dos débitos relacionados ao processo encerrado na esfera administrativa, por meio do qual, exige-se IRPJ decorrente de supostas deduções indevidas a título de royalties pelo uso de marcas e ágio formado nas aquisições das empresas Klamasa e Igaras. O valor total dessa ação em 31 de dezembro de 2019 é

de aproximadamente R\$ 1.279.543 (R\$ 972.042 em 31 de dezembro de 2018). Com base no parecer fornecido pelo patrono da causa, a chance de perda é possível.

(ii) Parte em 7 execuções fiscais ajuizadas pelo Município de Lages – SC, cujo objeto do débito é a cobrança de ISS sobre a confecção de embalagens com impressões gráficas personalizadas, no período de janeiro de 2001 a dezembro de 2004 e janeiro a dezembro de 2010. O valor total dessas execuções em 31 de dezembro de 2019 é de aproximadamente R\$ 1.236.057 (R\$ 776.207 em 31 de dezembro de 2018), com prognóstico fornecido pelo patrono da causa é de perda possível.

(iii) Processos administrativos decorrentes de autuações e notificações fiscais de lançamento de débitos, emitidas pela Receita Federal do Brasil, cujo objeto do débito é a cobrança da contribuição de 2,6% sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção da atividade agroindustrial. O valor total dessa ação em 31 de dezembro de 2019 é de aproximadamente R\$ 365.631 (R\$ 289.327 em 31 de dezembro de 2018), com prognóstico fornecido pelo patrono da causa é de perda possível.

(iv) Execução fiscal ajuizada pelo Município do Rio de Janeiro - RJ, visando a cobrança de supostos débitos de ISS sobre a confecção de embalagens com impressões gráficas personalizadas, no período de setembro de 1996 a outubro/2001. O valor total dessa execução em 31 de dezembro de 2019 é de aproximadamente R\$ 219.681 (R\$ 197.755 em 31 de dezembro de 2018), com prognóstico fornecido pelo patrono da causa é de perda possível.

(v) Processo administrativo decorrente de autos de infração, por meio dos quais a Receita Federal do Brasil, requer o ajuste nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, ano-calendário de 2013, sob a alegação de que a empresa teria efetuado exclusões indevidas em decorrência de mudança de regime de variação cambial. Não houve exigência fiscal, mas somente a glosa de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL e IRPJ. O valor total desse processo em 31 de dezembro de 2019 é de aproximadamente R\$ 234.221 (R\$ 225.478 em 31 de dezembro de 2018), com prognóstico fornecido pelo patrono da causa é de perda possível.

(vi) Ação ordinária para afastar as restrições impostas pelo Fisco, considerando as compensações dos valores recolhidos indevidamente a título de PIS e da COFINS, por força da norma declarada inconstitucional (Lei 9.718/98 - norma que pretendeu ampliar a base de cálculo das contribuições sociais do PIS e da COFINS). O valor total da ação em 31 de dezembro de 2019 é de aproximadamente R\$ 118.100 (R\$ 115.521 em 31 de dezembro de 2018) com prognóstico fornecido pelo patrono da causa é de perda possível.

(vii) Auto de infração pela Receita Federal do Brasil, para cobrança do PIS e da COFINS relativamente aos períodos de julho de 2012 e dezembro de 2012, em razão da glosa de créditos relativos aos insumos aplicáveis na produção de madeira. O valor total do auto em 31 de dezembro de 2019 é de aproximadamente R\$ 43.340 (R\$ 113.357 em 31 de dezembro de 2018), com prognóstico fornecido pelo patrono da causa é de perda possível.

(viii) Glosa de compensação face a discordância sobre o critério de correção do crédito de FINSOCIAL ocorrida em 2017. O valor total da ação em 31 de dezembro de 2019 é de aproximadamente R\$ 116.131 (intimação iniciada em 29 de junho de 2019).

Processos de natureza civil e ambiental

(i) Ação Civil Pública proposta, em 2009, pela Associação dos Pescadores Ambientais do Paraná – APAP, em face de alegados danos ao Rio Tibagi (PR), pelo descarte de resíduos de carvão mineral queimado, utilizado pela Companhia até 1998. Apesar de não haver comprovação do dano ambiental,

em dezembro de 2015 foi proferida sentença desfavorável à Companhia, condenando-a na obrigação de fazer a retirada do carvão mineral queimado depositado no leito do Rio. Atualmente, o processo está em fase de liquidação de sentença, onde a Companhia aguarda manifestação do Ministério Público e, posteriormente, do próprio juízo, quanto ao Laudo Técnico apresentado indicando a inviabilidade no cumprimento da sentença, sob pena de prejuízo ao meio ambiente. Somente com o término da fase de liquidação será possível estipular o valor a ser considerado.

Processos de natureza trabalhista

Os principais pedidos estão relacionados a horas extras, adicional noturno, dano moral, dano material, pensão vitalícia e adicional de insalubridade e periculosidade, além de indenizações e responsabilidade subsidiária de terceiros. Nenhuma ação individual é relevante o suficiente para impactar adversamente e de maneira relevante os resultados da Companhia.

d) Processos ativos

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia figurava em processos judiciais envolvendo causas ativas, para as quais não existem valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras, sendo os ativos reconhecidos somente após o trânsito em julgado dos processos e que o ganho seja definitivamente certo.

Conforme fato relevante divulgado ao mercado no dia 22 de agosto de 2019, foi transitado em julgado a decisão acolhendo a pretensão da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, com efeito a partir de abril de 2002, num montante total de R\$ 1,014 bilhão de reais com base em referida ação judicial em créditos extemporâneos à serem compensados com débitos futuros de impostos pela Companhia, conforme divulgado na nota 9.

e) REFIS

Conforme comunicado ao mercado no dia 28 de junho de 2019 a Companhia optou por liquidar antecipadamente a dívida com o REFIS com vencimento em 2029 no montante de R\$ 316.379. A liquidação antecipada do REFIS é parte do processo de gestão ativa da dívida da Companhia. O saldo do REFIS era representado por seu valor justo no balanço da Companhia, correspondente ao saldo devedor para liquidação antecipada.

Com a sua liquidação, além do efeito no caixa de R\$ 316.379 com o pagamento antecipado do REFIS seu ajuste à valor justo foi estornado no resultado financeiro, assim como há estorno da multa e juros, ambos em valor correspondente, porém de efeito contrário, sem alterar o resultado líquido da Companhia.

O saldo a pagar do REFIS registrado na controladora e no consolidado totalizava R\$ 339.449 em 31 de dezembro de 2018, sendo R\$ 73.862 contabilizado no curto prazo e R\$ 265.587 no longo prazo.

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Klabin S.A., subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2019 está dividido em 5.409.801.840 ações (5.409.801.840 em 31 de dezembro de 2018), sem valor nominal, correspondente a R\$ 4.076.035 (R\$ 4.076.035 em 31 de dezembro de 2018), assim distribuído:

Acionistas	31/12/2019		31/12/2018	
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Klabin Irmãos & Cia	941.837.080	-	941.837.080	-
Niblak Participações S/A	142.023.010	-	142.023.010	-
The Bank of New York Department	61.773.628	247.094.512	60.376.060	241.504.240
Monteiro Aranha S/A	67.146.935	268.619.190	71.356.189	285.456.206
BNDESPAR	56.259.848	225.039.392	56.259.848	225.039.392
BlackRock, Inc	46.148.485	184.593.940	46.610.152	186.440.608
Ações em tesouraria	27.924.945	111.699.780	29.318.686	117.274.744
Outros	641.480.724	2.388.160.371	636.813.630	2.369.491.995
	1.984.594.655	3.425.207.185	1.984.594.655	3.425.207.185

Além das ações ordinárias e preferenciais nominativas, a Companhia negocia certificados de depósito de ações, denominados “Units”, correspondentes ao lote de 1 (uma) ação ordinária – ON e 4 (quatro) ações preferenciais – PN.

O capital autorizado da Companhia é de 5.600.000.000 de ações nominativas ordinárias - ON e/ou nominativas preferenciais – PN aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 20 de março de 2014.

b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia mantém em tesouraria 139.624.725 ações de sua própria emissão, correspondente a 27.924.945 “Units”. O preço em 31 de dezembro de 2019 em negociação na Bolsa de Valores de São Paulo foi de R\$ 18,41 por “Unit” (código KLB11 na B3).

De acordo com o Plano de Outorga de ações, descrito na nota explicativa 23, concedido como remuneração de longo prazo aos executivos da Companhia, em fevereiro de 2019 foram alienadas 3.503.880 ações mantidas em tesouraria, correspondentes a 875.970 “Units”, e concedido em regime de outorga o usufruto de 3.503.880 ações, correspondentes a 875.970 “Units”, baixadas de tesouraria.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Criado pela Lei 11.638/07, o grupo de “Ajustes de avaliação patrimonial” mantido no patrimônio líquido da Companhia comporta ajustes de avaliações com aumentos e diminuições de ativos e passivos, quando aplicável.

O saldo mantido pela Companhia corresponde à adoção do custo atribuído do ativo imobilizado (“*deemed cost*”) para as terras florestais, opção exercida na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis convergentes aos IFRS em 1º de janeiro de 2009; variação cambial de controladas mantidas no exterior com moeda funcional diferente da controladora; saldos referentes ao plano de outorga de ações concedido aos executivos (nota explicativa 23); e atualizações do passivo atuarial.

	Controladora e consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Custo atribuído imobilizado (terras) (i)	1.057.752	1.057.752
Ajustes de conversão para moeda estrangeira	(64.693)	(72.362)
Plano de outorga de ações	6.020	2.952
Passivo atuarial (i)	(56.085)	(11.220)
	942.994	977.122

(i) Líquido dos impostos diferidos correspondentes, quando aplicável, na alíquota de 34%.

A variação cambial de controlada no exterior será realizada contra o resultado somente no caso de alienação ou encerramento da investida. Os demais itens que compõem o saldo de ajuste de avaliação patrimonial, por conta de sua natureza e força de norma contábil, não serão realizados contra o resultado, mesmo na sua realização financeira.

As movimentações dos saldos contidos em Ajustes de avaliação patrimonial são apresentadas nas “Demonstrações do Resultado Abrangente” e nas “Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido”.

d) Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio

Os dividendos/juros sobre capital próprio representam a parcela de lucros auferidos pela Companhia, que é distribuído aos acionistas a título de remuneração do capital investido nos exercícios sociais. Todos os acionistas têm direito a receber dividendos e juros sobre capital próprio, proporcionais à sua participação acionária, conforme assegurado pela legislação societária brasileira e o Estatuto Social da Companhia. Também é previsto no Estatuto Social, a faculdade da Administração de aprovar distribuições intermediárias durante o exercício de forma antecipada, “*ad referendum*” da Assembleia Geral Ordinária destinada a apreciar as contas do exercício.

Os juros sobre capital próprio, para fins de atendimento às normas fiscais, são contabilizados em contrapartida à rubrica de “Despesas financeiras”. Para fins de preparação das referidas demonstrações financeiras, são revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, compondo o saldo do dividendo mínimo obrigatório, conforme instrução da CVM.

A base de cálculo do dividendo obrigatório definida no Estatuto Social da Companhia é ajustada pela constituição, realização e reversão, no respectivo exercício, da “Reserva de Ativos Biológicos”, outorgando aos acionistas da Companhia o direito ao recebimento em cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. Adicionalmente, é facultado à Companhia a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio com saldos de “Reservas de Lucros” mantidos no Patrimônio Líquido.

A distribuição do lucro do exercício de 2019 está disposta logo a seguir e será apresentada na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 23 de abril de 2020, juntamente com a aprovação das contas do exercício.

	Controladora
(=) Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas de Klabin	675.825
(-) Constituição de reserva de incentivos fiscais	(48.718)
(-) Constituição de reserva legal (5% do lucro líquido - reserva incent. fiscal)	(31.355)
(+) Realização da reserva de ativos biológicos - próprios	484.220
(-) Constituição da reserva de ativos biológicos - próprios	(184.459)
(-) Realização da reserva de ativos biológicos - controladas (i)	44.744
(=) Lucro base para distribuição do dividendo obrigatório	940.257
 (=) Dividendo mínimo obrigatório conforme Estatuto Social (25%)	235.064
<u>Dividendos intermediários distribuídos em 2019</u>	
Fevereiro (pagos em 25 de fevereiro de 2019)	
. R\$ 3,80 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais	20.000
. R\$ 19,00 por lote de mil "Units"	
Abril (pagos em 17 de maio de 2019)	
. R\$ 38,14 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais	201.000
. R\$ 190,69 por lote de mil "Units"	
Agosto (pagos em 19 de agosto de 2019)	
. R\$ 36,43 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais	192.000
. R\$ 182,16 por lote de mil "Units"	
Novembro (pagos em 14 de novembro de 2019)	
. R\$ 36,81 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais	194.000
. R\$ 184,05 por lote de mil "Units"	
Total dos dividendos intermediários distribuídos de 2019	607.000
<u>Juros sobre capital próprio intermediários distribuídos em 2019</u>	
Novembro (pagos em 14 de novembro de 2019)	
. R\$ 18,97 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais	100.000
. R\$ 94,87 por lote de mil "Units"	
Dezembro (a ser pago em 20 de fevereiro de 2020)	
. R\$ 37,95 por lote de mil ações ordinárias e preferenciais	200.000
. R\$ 189,75 por lote de mil "Units"	
Total dos juros sobre capital próprio intermediários distribuídos em 2019	300.000
(=) Total dos dividendos e juros sobre capital próprio intermediários distribuídos em 2019	907.000
(-) Constituição da reserva de investimento e capital de giro	(33.257)

(ii) Contido no resultado de equivalência patrimonial.

20 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de vendas de produtos	11.815.425	11.462.189	11.885.656	11.516.247
Descontos e abatimentos	(107.208)	(114.705)	(131.602)	(87.937)
Impostos incidentes sobre vendas	(1.470.651)	(1.338.669)	(1.482.215)	(1.411.849)
	10.237.566	10.008.815	10.271.839	10.016.461
. Mercado interno	6.061.660	5.524.949	6.113.933	5.533.578
. Mercado externo	4.175.906	4.483.866	4.157.906	4.482.883
Receita líquida de vendas	10.237.566	10.008.815	10.271.839	10.016.461

21 CUSTOS, DESPESAS E RECEITAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Custo dos produtos vendidos</u>				
Custos variáveis (matérias primas e materiais de consumo)	(3.020.350)	(2.883.476)	(2.898.670)	(2.787.892)
Gastos com pessoal	(1.221.805)	(1.212.668)	(1.234.146)	(1.224.917)
Depreciação e amortização	(1.053.694)	(1.038.374)	(1.075.198)	(980.724)
Exaustão	(889.656)	(536.030)	(1.065.379)	(655.301)
Outros	(1.088.013)	(714.967)	(967.841)	(693.572)
	(7.273.518)	(6.385.515)	(7.241.234)	(6.342.406)
<u>Despesas com vendas</u>				
Frete	(609.806)	(475.390)	(623.225)	(486.930)
Royalties	(58.111)	(51.747)	(58.111)	(51.747)
Comissões	(11.421)	(16.294)	(28.703)	(21.426)
Gastos com pessoal	(99.787)	(102.006)	(100.795)	(103.036)
Depreciação e amortização	(4.018)	(1.393)	(4.100)	(1.421)
Despesas portuárias e de armazenagens	(76.530)	(71.320)	(104.862)	(85.022)
Outras	(11.538)	(22.916)	9.408	(14.766)
	(871.211)	(741.066)	(910.388)	(764.348)
<u>Despesas administrativas</u>				
Gastos com pessoal	(329.934)	(304.438)	(333.267)	(307.513)
Contratação de serviços	(171.876)	(131.254)	(173.612)	(132.580)
Depreciação e amortização	(47.762)	(35.183)	(48.737)	(35.901)
Outras	(32.423)	(72.169)	(45.343)	(82.211)
	(581.995)	(543.044)	(600.959)	(558.205)
<u>Outras líquidas</u>				
Receita na alienação de ativos imobilizados	33.876	15.398	33.876	15.398
Custo na alienação e baixa de ativos imob.	(77.725)	(31.640)	(77.725)	(31.640)
Custo atribuído imobilizado (terras)	-	(1.798)	-	(1.798)
Exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS (i)	630.621	-	630.621	-
Outras	22.671	9.699	23.054	15.812
	609.443	(8.341)	609.826	(2.228)
Total	(8.117.281)	(7.677.966)	(8.142.755)	(7.667.187)

(i) Vide informações na nota explicativa 9.

22 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras				
. Rendimento sobre aplicações financeiras	522.124	379.790	541.487	391.869
. Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(48.736)	(19.817)	(48.736)	(19.817)
. Atualização de créditos tributários (iii)	495.858	117.262	495.858	117.262
. Outras	39.426	6.089	34.052	6.089
	1.008.672	483.324	1.022.661	495.403
Despesas financeiras				
. Juros financiamentos e debêntures	(1.524.138)	(1.185.188)	(1.411.985)	(1.151.036)
. Juros capitalizados no imobilizado (ii)	27.869	-	27.869	-
. Juros REFIS (i)	(74.437)	(33.640)	(74.437)	(33.640)
. Instrumentos financeiros derivativos (SWAP)	(470.263)	(114.126)	(470.263)	(114.126)
. Aval financiamentos - partes relacionadas	(22.797)	(28.423)	(22.797)	(28.423)
. Remuneração de investidores - SCPs	-	-	(39.948)	(38.061)
. Comissões	(188.541)	(80.980)	(230.565)	(81.238)
. Outras	(59.121)	(99.377)	(52.112)	(102.266)
	(2.311.428)	(1.541.734)	(2.274.238)	(1.548.790)
Variação cambial				
. Variação cambial de ativos	307.796	150.947	318.800	156.759
. Variação cambial de passivos	(733.554)	(2.141.649)	(729.071)	(2.155.558)
	(425.758)	(1.990.702)	(410.271)	(1.998.799)
Resultado financeiro	(1.728.514)	(3.049.112)	(1.661.848)	(3.052.186)

(i) Vide informações na nota explicativa 18.

(ii) Vide informações na nota explicativa 12.

(iii) Vide informações na nota explicativa 9.

23 PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2012, foi aprovado o Programa de Outorga de Ações ("Plano") como benefício a membros da diretoria e colaboradores estratégicos da Companhia.

A CVM autorizou a Companhia, através do OFICIO/CVM/SEP/GEA-2/Nº 221/2012 a realizar as operações privadas abrangidas pelo plano de incentivo a seus diretores e funcionários, excluído os acionistas controladores, de realizar transferência privada de ações mantidas em tesouraria.

De acordo com o referido Plano, a Companhia estabeleceu que os diretores estatutários e não estatutários poderão utilizar um percentual de 25% a 70%, os gerentes de 15% a 25% e os demais colaboradores em posição de coordenadores e consultores de 5% a 10% de sua remuneração variável para aquisição de ações mantidas em tesouraria, onde a Companhia concederá o usufruto de mesma quantidade de ações ao adquirente por três anos em regime de outorga, passando a propriedade sua das ações aos mesmos após 3 anos, desde que cumpridas as cláusulas estabelecidas no Plano.

O usufruto concede ao beneficiário o direito aos dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos no período em que o benefício estiver válido.

O valor de aquisição das ações em tesouraria pelos beneficiários do Plano será obtido pela média das cotações de valor de mercado dos últimos 60 pregões das ações da Companhia, ou de sua cotação na

data de aquisição, dos dois o menor. O valor das ações concedidas em usufruto corresponde à cotação das ações em negociação na Bolsa de Valores de São Paulo no dia da operação.

As cláusulas para que a transferência das ações outorgadas seja consumada, estabelecem a permanência do beneficiário na Companhia e não alienação das ações adquiridas na adesão do Plano. As ações outorgadas também podem ser imediatamente cedidas em caso de demissão por iniciativa da Companhia, aposentadoria ou falecimento do beneficiário, neste último caso passando o direito das ações ao espólio.

As ações outorgadas e a despesa proporcional ao prazo de outorga, reconhecida no resultado é acumulada no patrimônio líquido no grupo de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, até o fim da outorga, seja pelo vencimento do prazo de três anos, ou qualquer outra cláusula do Plano que encerre a outorga.

O quadro abaixo apresenta as informações dos planos pactuados:

a) Diretores estatutários e não estatutários

	Plano 2014 (ii)	Plano 2015 (ii)	Plano 2016	Plano 2017	Plano 2018	Total
Data início do plano	01/03/2015	01/03/2016	24/02/2017	28/02/2018	28/02/2019	
Data término da outorga	01/03/2018	01/03/2019	24/02/2020	28/02/2021	28/02/2022	
Ações em tesouraria adquiridas pelos beneficiários (i)	1.855.000	1.475.000	2.774.345	2.039.185	1.146.395	9.289.925
Valor de compra por ação (R\$) (i)	2,84	4,23	3,04	3,58	6,71	
Ações em tesouraria concedidas em usufruto (i)	1.855.000	1.475.000	2.774.345	2.039.185	1.146.395	9.289.925
Valor do usufruto por ação (R\$) (i)	3,26	4,30	3,04	3,58	6,71	
Despesa acumulada do plano - desde o início	6.047	6.309	7.925	4.490	1.156	25.927
Despesa do plano - 1/1 a 31/12/2019	-	163	1.218	2.449	1.156	4.986
Despesa do plano - 1/1 a 31/12/2018	138	964	1.206	2.041	-	4.349

b) Gerentes

	Plano 2014 (ii)	Plano 2015 (ii)	Plano 2016	Plano 2017	Plano 2018	Total
Data início do plano	30/04/2015	30/03/2016	24/02/2017	28/02/2018	28/02/2019	
Data término da outorga	30/04/2018	30/03/2019	24/02/2020	28/02/2021	28/02/2022	
Ações em tesouraria adquiridas pelos beneficiários (i)	-	-	1.531.400	1.616.585	1.809.185	4.957.170
Valor de compra por ação (R\$) (i)	-	-	3,04	3,58	6,71	
Ações em tesouraria concedidas em usufruto (i)	372.500	351.000	1.531.400	1.616.585	1.809.185	5.680.670
Valor do usufruto por ação (R\$) (i)	3,36	4,34	3,04	3,58	6,71	
Despesa acumulada do plano - desde o início	1.371	1.521	4.243	3.453	1.836	12.424
Despesa do plano - 1/1 a 31/12/2019	-	69	1.438	1.855	1.836	5.198
Despesa do plano - 1/1 a 31/12/2018	150	423	1.505	1.598	-	3.676

c) Demais colaboradores

	Plano 2018	Total
Data início do plano	28/02/2019	
Data término da outorga	28/02/2022	
Ações em tesouraria adquiridas pelos beneficiários (i)	548.300	548.300
Valor de compra por ação (R\$) (i)	6,71	
Ações em tesouraria concedidas em usufruto (i)	548.300	548.300
Valor do usufruto por ação (R\$) (i)	6,71	
Despesa acumulada do plano - desde o início	529	529
Despesa do plano - 1/1 a 31/12/2019	529	529
Despesa do plano - 1/1 a 31/12/2018	-	-

(i) Considera o desdobramento de ações mencionado na nota explicativa 1 da DF de 31/12/2015.

(ii) Plano encerrado

24 RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do lucro do período atribuível aos detentores de ações ordinárias - ON e preferenciais – PN da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. A Companhia possui debêntures mandatoriamente conversíveis em ações (vide nota explicativa 16) registradas no patrimônio líquido, portanto, na quantidade de ações já é considerada a conversão futura das debêntures em ações na quantidade total de ações.

As ações oriundas da eventual futura conversão em ações da 7ª emissão de debêntures (vide nota explicativa 16) não foram consideradas no cálculo do lucro por ação diluído por não ter efeito diluidor.

Com isso, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação. A Companhia não possui qualquer outro instrumento que possa ter efeito dilutivo.

Conforme mencionado na nota explicativa 19, as movimentações sobre o saldo de ações em tesouraria afetam a média ponderada da quantidade de ações preferenciais em tesouraria no cálculo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, sendo a média ponderada utilizada no cálculo do resultado por ação apurada da seguinte forma:

Quantidade ponderada de ações em Tesouraria - 31 de dezembro de 2019 (i)						
Jan a Fev	Mar a Jun	Jul	Ago	Set	Out a Dez	12 Meses 2019
$146.593.430 \times 2/12 + 139.585.670 \times 4/12 + 139.590.025 \times 1/12 + 139.620.730 \times 1/12 + 139.623.625 \times 1/12 + 139.624.725 \times 3/12 = 140.769.841$						

(i) Visto que a Companhia possui somente "Units" em tesouraria, a divisão entre ações ON e PN é feita conforme composição de "Units".

(i) Visto que a Companhia possui somente "Units" em tesouraria, a divisão entre ações ON e PN é feita conforme composição de "Units".

O quadro abaixo, apresentado em R\$, demonstra a reconciliação do resultado apurado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 no cálculo do resultado por ação básico e diluído:

	Controladora e consolidado		
	1/1 a 31/12/2019		
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	1.984.594.655	3.425.207.185	5.409.801.840
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(28.153.968)	(112.615.873)	(140.769.841)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	1.956.440.687	3.312.591.312	5.269.031.999
% de ações em relação ao total	37,13%	62,87%	100%
Numerador			
Resultado líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	250.940.121	424.884.879	675.825.000
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	1.956.440.687	3.312.591.312	5.269.031.999
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	0,1283	0,1283	

	Controladora e consolidado		
	1/1 a 31/12/2018		
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
<u>Denominador</u>			
Média ponderada da quantidade de ações total	1.984.594.655	3.425.207.185	5.409.801.840
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(29.430.633)	(117.722.531)	(147.153.163)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	1.955.164.022	3.307.484.654	5.262.648.677
% de ações em relação ao total	37,15%	62,85%	100%
<u>Numerador</u>			
Resultado líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	51.066.884	86.388.116	137.455.000
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	1.955.164.022	3.307.484.654	5.262.648.677
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	0,0261	0,0261	

25 SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia o negócio. Os segmentos operacionais definidos pela Administração são demonstrados abaixo:

(i) Segmento Florestal: envolve as operações de plantio e cultivo florestal de pinus e eucalipto para abastecimento das fábricas de papéis e celulose da Companhia e venda de madeiras (toras) para terceiros no mercado interno.

(ii) Segmento de Papéis: envolve substancialmente a produção e as operações de venda de bobinas de papel cartão, papel *kraftliner* e papel reciclado nos mercados interno e externo.

(iii) Segmento de Conversão: envolve a produção e as operações de venda de caixas de papelão ondulado, chapas de papelão ondulado e sacos industriais, nos mercados interno e externo.

(iv) Segmento de Celulose: envolve a produção e comercialização de celulose de fibra curta, longa e *fluff* nos mercados interno e externo.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	1/1 a 31/12/2019					
	Florestal	Papéis	Conversão	Celulose	Corp/ Elim	Total Consolidado
Receitas líquidas:						
.Mercado interno	249.507	1.936.554	2.684.291	1.253.405	(9.824)	6.113.933
.Mercado externo	-	1.573.763	324.290	2.259.853	-	4.157.906
Receita de vendas para terceiros	249.507	3.510.317	3.008.581	3.513.258	(9.824)	10.271.839
Receitas entre segmentos	1.522.878	1.593.262	24.653	88.049	(3.228.842)	-
Vendas líquidas totais	1.772.385	5.103.579	3.033.234	3.601.307	(3.238.666)	10.271.839
Variação valor justo ativos biológicos	390.053	-	-	-	-	390.053
Custo dos produtos vendidos	(2.557.315)	(3.532.268)	(2.567.015)	(1.879.935)	3.295.299	(7.241.234)
Lucro bruto	(394.877)	1.571.311	466.219	1.721.372	56.633	3.420.658
Despesas/ receitas operacionais	(133.465)	(521.736)	(387.110)	(432.818)	580.845	(894.284)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(528.342)	1.049.575	79.109	1.288.554	637.478	2.526.374
<u>Venda de produtos (em toneladas)</u>						
.Mercado interno	-	581.167	707.848	479.531	-	1.768.546
.Mercado externo	-	494.864	58.256	1.004.841	-	1.557.961
.Entre segmentos	-	831.099	3.463	32.583	(867.145)	-
	-	1.907.130	769.567	1.516.955	(867.145)	3.326.507
<u>Venda de madeira (em toneladas)</u>						
.Mercado interno	1.706.017	-	-	-	-	1.706.017
.Entre segmentos	13.392.525	-	-	-	(13.392.525)	-
	15.098.542	-	-	-	(13.392.525)	1.706.017
Invest. caixa no período	436.831	392.462	78.820	1.592.536	73.426	2.574.075
Depreciação, exaustão e amort.	(1.181.805)	(349.254)	(90.322)	(544.833)	(27.200)	(2.193.414)
Ativo total - 31/12/2019	8.855.270	4.769.640	1.921.329	9.052.743	10.104.100	34.703.082
Passivo total - 31/12/2019	2.333.911	627.865	394.148	750.869	24.095.016	28.201.809
Patrimônio líquido - 31/12/2019	6.066.968	4.141.775	1.527.181	8.301.874	(13.990.916)	6.046.882
Patrimônio líquido Minoritários	454.391	-	-	-	-	454.391

	1/1 a 31/12/2018					
	Florestal	Papéis	Conversão	Celulose	Corp/ Elim	Total Consolidado
Receitas líquidas:						
.Mercado interno	315.594	1.809.395	2.565.724	851.100	(8.235)	5.533.578
.Mercado externo	-	1.367.309	286.666	2.828.908	-	4.482.883
Receita de vendas para terceiros	315.594	3.176.704	2.852.390	3.680.008	(8.235)	10.016.461
Receitas entre segmentos	1.420.329	1.419.543	21.257	82.855	(2.943.984)	-
Vendas líquidas totais	1.735.923	4.596.247	2.873.647	3.762.863	(2.952.219)	10.016.461
Variação valor justo ativos biológicos	628.367	-	-	-	-	628.367
Custo dos produtos vendidos	(2.015.212)	(3.065.783)	(2.440.449)	(1.778.128)	2.957.166	(6.342.406)
Lucro bruto	349.078	1.530.464	433.198	1.984.735	4.947	4.302.422
Despesas/ receitas operacionais	(89.004)	(438.191)	(361.281)	(365.760)	(64.581)	(1.318.817)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	260.074	1.092.273	71.917	1.618.975	(59.634)	2.983.605
<u>Venda de produtos (em toneladas)</u>						
.Mercado interno	-	579.205	714.975	294.367	-	1.588.547
.Mercado externo	-	441.405	52.256	1.106.877	-	1.600.538
.Entre segmentos	-	789.545	3.103	29.549	(822.197)	-
	-	1.810.155	770.334	1.430.793	(822.197)	3.189.085
<u>Venda de madeira (em toneladas)</u>						
.Mercado interno	2.109.040	-	-	-	-	2.109.040
.Entre segmentos	13.546.625	-	-	-	(13.546.625)	-
	15.655.665	-	-	-	(13.546.625)	2.109.040
Investimentos no período	527.728	255.619	134.871	140.775	37.350	1.096.343
Depreciação, exaustão e amort.	(713.623)	(318.448)	(70.339)	(554.780)	(16.157)	(1.673.347)
Ativo total - 31/12/2018	8.199.582	5.278.254	1.846.732	7.665.484	6.643.691	29.633.743
Passivo total - 31/12/2018	1.991.580	441.121	364.861	249.909	20.053.042	23.100.513
Patrimônio líquido - 31/12/2018	5.967.007	4.837.133	1.481.871	7.415.575	(13.409.351)	6.292.235
Patrimônio líquido Minoritários	240.995	-	-	-	-	240.995

O saldo na coluna Corporativa/Eliminações envolve substancialmente despesas da unidade corporativa não rateadas aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos.

As informações do resultado financeiro e impostos sobre o lucro não foram divulgadas por segmento em razão da não utilização pela Administração dos referidos dados de forma segmentada, pois os mesmos são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

c) Informações das receitas líquidas de vendas

A tabela abaixo demonstra a distribuição da receita líquida do mercado externo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Consolidado			Consolidado		
1/1 a 31/12/2019			1/1 a 31/12/2018		
País	Receita ME (R\$/milhões)	% na Receita Líquida Total	País	Receita ME (R\$/milhões)	% na Receita Líquida Total
Áustria	928	9,0%	Áustria	2.570	57,3%
Estados Unidos	697	6,8%	Argentina	525	11,7%
China	558	5,4%	China	249	5,6%
Argentina	447	4,4%	Equador	91	2,0%
Itália	211	2,1%	Itália	85	1,9%
Cingapura	131	1,3%	México	80	1,8%
México	84	0,8%	Cingapura	73	1,6%
Arábia Saudita	83	0,8%	Colômbia	71	1,6%
Equador	77	0,7%	Paquistão	61	1,4%
Outros pulverizados	942	9,2%	Outros pulverizados	678	15,1%
	4.158	40%		4.483	45%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, um cliente do segmento de papéis foi responsável por aproximadamente 13% (R\$ 1.311.066) da receita líquida da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, dois clientes foram responsáveis por 33% (R\$ 3.261.325) da receita líquida, sendo 11% (R\$ 1.083.529) no segmento de papel e 22% (R\$ 2.177.796) no segmento de celulose. O restante da base de clientes da Companhia é pulverizada, de forma que nenhum dos demais clientes, individualmente, concentra participação relevante (acima de 10%) da receita líquida de vendas.

26 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, aos quais entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, a Administração procede com a avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como

forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

Os principais riscos da Companhia estão descritos a seguir:

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. No caso da Companhia, os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar, empréstimos a pagar, títulos e valores mobiliários.

(i) Risco de exposição às variações cambiais

A Companhia mantém operações denominadas em moedas estrangeiras (substancialmente dólares norte-americanos) que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. A composição dessa exposição é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Conta corrente e aplicações financeiras	1.372.229	540.855
Contas a receber (líquido de PECLD)	726.754	740.111
Outros ativos e passivos	247.000	(22.000)
Empréstimos e financiamentos	(17.225.971)	(12.247.491)
Exposição líquida	(14.879.988)	(10.988.525)

O saldo por ano de vencimento em 31 de dezembro de 2019 dessa exposição líquida está dividido da seguinte maneira:

Ano	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Valor	3.210.013	(163.000)	(193.000)	(2.821.000)	(2.114.000)	(2.073.000)	(10.726.000)	(14.879.987)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não tem derivativos contratados para proteção da exposição cambial no fluxo de caixa de longo prazo. Para fazer frente a tal exposição passiva líquida, a Companhia tem plano de vendas cujo fluxo de caixa projetado de receitas de exportação de aproximadamente USD 1 bilhão anual e seus recebimentos, se forem concretizados, superam, ou se aproximam, do fluxo de pagamentos dos respectivos passivos, compensando o efeito caixa dessa exposição cambial no futuro.

A Companhia possui derivativos contratados (notas explicativas 15 e 16) e referem-se a *swap* de câmbio e taxa de juros atrelados a emissão de determinada nota de crédito à exportação e de debêntures.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia tem empréstimos indexados pela variação da TJLP, LIBOR, IPCA e do CDI, e aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, Selic e IPCA, expondo estes ativos e passivos às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a juros abaixo. A Companhia

não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “*hedge*”/“*swap*” contra a exposição desses riscos de mercados.

A prática adotada é de monitoramento contínuo das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Adicionalmente, a Companhia considera que o alto custo associado à contratação de taxas pré-fixadas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justifica a sua opção por taxas flutuantes.

A composição do risco de taxa de juros é como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras - CDI	6.910.426	5.112.257
Aplicações financeiras - Selic	903.786	852.778
Aplicações financeiras - IPCA	478.473	452.623
Exposição ativa	8.292.685	6.417.658
Financiamentos - CDI	(4.779.348)	(4.740.513)
Financiamentos - TJLP	(620.504)	(1.873.142)
Financiamentos - Libor	(6.103.755)	(7.101.719)
Debêntures - IPCA	(1.844.098)	(662.676)
Exposição passiva	(13.347.705)	(14.378.050)

Risco de aplicação de recursos

A Companhia está sujeita ao risco quanto a aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados. O valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras e operação de títulos e valores mobiliários, com valores descritos nas notas explicativas 4 e 5, respectivamente.

Em relação a qualidade dos ativos financeiros da Companhia aplicados em instituições financeiras, é utilizada política interna para aprovação do tipo de operação que está sendo acordada e análise do *rating*, conforme agências classificadoras de risco, para avaliar a viabilidade da aplicação de recursos em determinada instituição, deste que esta esteja enquadrada nos critérios de aceitação da política.

O quadro abaixo demonstra os recursos de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários aplicados pela Companhia, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional das agências de *rating* Fitch e *Moody's* das instituições financeiras:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
<i>Rating</i> nacional AAA(bra)	6.074.451	4.665.185
<i>Rating</i> nacional AA+(bra)	3.656.464	2.382.019
	9.730.915	7.047.204

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro, adiantamento de fornecedor ou contrato com cliente, o que levaria ao

prejuízo financeiro. Adicionalmente às aplicações de recursos referidas acima, a Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber).

Em 31 de dezembro de 2019, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito das contas a receber de clientes equivale aos saldos apresentados na nota explicativa 6. As informações sobre a concentração de clientes está descrita na nota explicativa 25.

A qualidade do risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrada por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para buscar o seu recebimento, sendo registrada perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa para itens com risco de não recebimento.

A Companhia mantém apólice de seguro para os recebíveis nos mercados interno e externo para todas as unidades de negócio conforme descrito na nota explicativa 6.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos no mercado global, administrando seu capital por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, com intuito de assegurar recursos financeiros disponíveis para o devido cumprimento de suas obrigações, substancialmente concentrada nos financiamentos firmados junto a instituições financeiras.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2019:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
Fornecedores	(1.024.256)	-	-	-	-	-	(1.024.256)
Financ/ Debent	(2.256.031)	(1.626.711)	(2.367.605)	(4.693.527)	(3.153.872)	(20.885.673)	(34.983.419)
Total	(3.280.287)	(1.626.711)	(2.367.605)	(4.693.527)	(3.153.872)	(20.885.673)	(36.007.675)

A projeção orçamentária para os próximos exercícios aprovada pela Administração demonstra capacidade de cumprimento das obrigações.

Gestão de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido, composto pelo saldo de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 15) e debêntures (nota explicativa 16), deduzidos pelo saldo de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (notas explicativas 4 e 5), e pelo saldo do patrimônio líquido (nota explicativa 19), incluindo o saldo de capital emitido e todas as reservas constituídas.

O índice de endividamento líquido sobre o patrimônio líquido da Companhia é composto da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa, equiv. caixa e títulos e val. mobiliários	9.730.915	7.047.204
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(24.085.272)	(19.445.672)
Endividamento líquido	(14.354.357)	(12.398.468)
Patrimônio líquido	6.046.882	6.292.235
Índice de endividamento líquido	(2,37)	(1,97)

b) Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia tem os seguintes instrumentos financeiros por categoria:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Ativo - custo amortizado		
. Caixa e equivalentes de caixa	8.340.386	5.733.854
. Contas a receber de clientes (líquido de PECLD)	1.859.505	2.040.931
. Outros ativos	633.865	685.133
	10.833.756	8.459.918
Ativo - valor justo por meio do resultado		
. Títulos e valores mobiliários	1.390.529	1.313.350
	1.390.529	1.313.350
Passivo - custo amortizado		
. Empréstimos, financiamentos e debêntures	24.085.272	19.445.672
. Fornecedores	1.024.256	903.752
. Demais contas a pagar	839.513	1.146.722
	25.949.041	21.496.146

(i) Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

(ii) Valor justo por meio do resultado

A Companhia classificou os títulos e valores mobiliários que são representados por Letras Financeiras do Tesouro e Títulos do Tesouro Direto (LFT e NTN – B) (nota explicativa 5) como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois poderão ser negociados no futuro, sendo contabilizados pelo valor justo, que, na prática, corresponde ao valor aplicado acrescido dos juros reconhecidos no rendimento da operação no resultado do exercício.

c) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variações cambiais e de taxas de juros a que está exposta considerando que os eventuais efeitos temporais impactariam os

resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2019, sendo, os efeitos no patrimônio basicamente os mesmos do resultado. A análise de sensibilidade não avalia os impactos da variação cambial sobre o fluxo de caixa da Companhia.

(i) Exposição a câmbio

A Companhia tem ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2019 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras. Para o cenário II esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III em 50%.

A análise de sensibilidade da variação cambial foi calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e fornecedores a pagar em moeda estrangeira), não sendo considerada a projeção de exportações futuras que fará frente a essa exposição cambial líquida.

Desta forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses (consolidado) considerando os saldos em 31 de dezembro de 2019:

	Saldo 31/12/2019	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	US\$	Taxa	R\$ ganho(perda)	Taxa	R\$ ganho(perda)	Taxa	R\$ ganho(perda)
Ativos							
Caixa e caixa equivalentes	340.444	4,14	38.674	5,18	391.273	6,22	745.335
Contas a receber, líquido de PECLD	180.305	4,14	20.483	5,18	207.224	6,22	394.741
Outros ativos e passivos	61.280	4,14	6.961	5,18	70.429	6,22	134.160
Financiamentos	(4.273.692)	4,14	(485.491)	5,18	(4.911.754)	6,22	(9.356.394)
Efeito líquido no resultado financeiro			(419.373)		(4.242.828)		(8.082.158)

(ii) Exposição a Juros

A Companhia tem aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures atrelados à taxa de juros pós-fixada do CDI, TJLP, IPCA, Selic e Libor. Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia adotou taxas vigentes em datas próximas a da apresentação das referidas demonstrações financeiras, extraídas no *website* do Banco Central do Brasil, utilizando para Selic, Libor, IPCA e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas, na projeção do cenário I, para o cenário II estas taxas foram corrigidas em 25% e para o cenário III em 50%.

Desta forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses (consolidado) considerando os saldos em 31 de dezembro de 2019:

		Saldo 31/12/2019	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		R\$	Taxa	R\$ ganho(perda)	Taxa	R\$ ganho(perda)	Taxa	R\$ ganho(perda)
Aplicações financeiras								
CDE's	CDI	6.910.426	5,97%	(412.552)	7,46%	103.138	8,96%	206.276
LFT's	Selic	903.786	5,97%	(53.956)	7,46%	13.489	8,96%	26.978
NTN - B	IPCA	478.473	4,20%	(20.096)	5,25%	5.024	6,30%	10.048
Financiamentos								
NCE (R\$) e CRA	CDI	(4.779.348)	5,97%	285.327	7,46%	(71.332)	8,96%	(142.664)
BNDES	TJLP	(620.504)	5,57%	34.562	6,96%	(8.641)	8,36%	(17.281)
Debêntures	IPCA	(1.223.789)	4,20%	51.399	5,25%	(12.850)	6,30%	(25.700)
Pré-pagamento de exp. e Finnvera	Libor	(6.103.755)	2,00%	121.846	2,50%	(30.462)	2,99%	(60.923)
Efeito líquido no resultado financeiro				6.530		(1.634)		(3.266)

27 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia concede a seus empregados benefícios de seguro de vida, assistência médica e plano de aposentadoria. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e a concessão destes cessa ao término do vínculo empregatício.

Em 2019 a despesa total com esses planos de contribuição definida foi de R\$ 10.914 (R\$ 10.408 de despesa em 2018).

a) Previdência privada

O plano de previdência privada da Klabin - Plano Prever, administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A., foi instituído em 1986 sob a modalidade de benefício definido. A partir de 1998 houve uma reestruturação que resultou na conversão do plano para a modalidade de contribuição definida.

Em novembro de 2001, foi instituído um novo plano de previdência privada o Plano de Aposentadoria Complementar Klabin - PACK, administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A. e estruturado no conceito de PGDL - Plano Gerador de Benefícios Livres.

Aos participantes do Plano Prever foi dada a opção de migração para o novo plano. Em ambos os planos não é assumida pela Companhia responsabilidade pela garantia de níveis mínimos de benefícios aos participantes que venham a se aposentar.

b) Assistência médica

A Companhia, por meio de acordo firmado com o Sindicato da Indústria de Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel do Estado de São Paulo, assegura o custeio de assistência médica (Hospital SEPACO, principal plano) de forma permanente aos seus ex-funcionários que se aposentaram até 2001, bem como para os seus dependentes até completarem a maioria e cônjuge, de forma vitalícia estando vedada a novas adesões.

A Companhia entende que a referida assistência médica caracteriza um plano de benefício definido. Diante disso, mantém registrada a provisão para o passivo atuarial estimado no montante de R\$ 163.592 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 115.079 em 31 de dezembro de 2018) no passivo não circulante na rubrica de "Outras Contas a Pagar e Provisões".

Na avaliação atuarial foram utilizadas as seguintes hipóteses econômicas e biométricas: taxa média de desconto de 9,3% a.a. nominal, taxa de crescimento nominal dos custos médicos variável iniciando em 2019 com 11,80% a.a. atingindo a 6,08% a.a. em 2030, inflação de longo prazo de 4% a.a. e tábua biométrica de mortalidade RP 2000. As atualizações atuariais são mantidas no patrimônio líquido no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial” (resultado abrangente), conforme requerido pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

O aumento ou decréscimo de um ponto percentual nas taxas utilizadas no cálculo atuarial, não trazem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Este plano não possui ativos para divulgação.

c) Outros benefícios aos empregados

A Companhia concede aos empregados, os seguintes outros benefícios: assistência médica, auxílio creche, auxílio filho excepcional, convênio farmácia, kit escolar, plano odontológico, previdência privada e seguro de vida, além dos benefícios estabelecidos em lei (refeição, transporte, participação nos lucros e vale alimentação). Adicionalmente possui um programa de desenvolvimento organizacional de seus colaboradores, sendo gastos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 13.614 (R\$ 13.372 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018) em treinamentos.

Todos estes benefícios respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados ao término do vínculo empregatício com a Companhia.

28 COBERTURA DE SEGUROS

Para proteção de seus riscos operacionais, ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém cobertura de seguros para diversos tipos de eventos que poderiam impactar o patrimônio e operações.

Dentro das melhores práticas de mercado, a Companhia mantém contratadas apólices de seguro de risco operacional, incluindo lucros cessantes e diversas outras coberturas para danos materiais envolvendo todas as instalações industriais, administrativas e estoque.

A Companhia tem ainda outros seguros contratados, tais como, seguro de responsabilidade civil geral, responsabilidade civil D&O, transporte nacional e internacional e seguro florestal.

29 EVENTOS SUBSEQUENTES

Distribuição de dividendos intermediários do exercício de 2020

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 05 de fevereiro de 2020, foi aprovada distribuição de dividendos intermediários do exercício de 2020 no montante de R\$ 23.000 sendo R\$ 4,36 por lote de mil ações ON e PN e R\$ 21,82 por lote de mil “Units”. O pagamento ocorrerá a partir de 20 de fevereiro de 2020.

BOND 2049 (5ª Emissão)

No dia 15 de janeiro de 2020, por meio da subsidiária integral Klabin Áustria foi concluída a captação de USD 200 milhões de valor nominal com prazo de vencimento de 29 anos e cupom de 7,00% e *yield* de 6,10% ao ano, tendo como objetivo o financiamento ou refinanciamento, no todo ou em parte, de custos e/ou investimentos em “Green Projects” elegíveis.

Figueira Reflorestadora S.A.

No dia 21 de janeiro de 2020 foi celebrado os acordos necessários para associação com uma *Timber Investment Management Organization* (“TIMO”) para a constituição de uma Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), cujo objetivo principal será a exploração da atividade florestal no centro-sul do Estado do Paraná.

A contribuição da Klabin para formação do patrimônio da SPE se dará através do aporte de cerca de 9 mil hectares de florestas plantadas. A TIMO, por sua vez, contribuirá com o aporte de aproximadamente 11 mil hectares de florestas plantadas e 7 mil hectares de ativos em terras (área útil).

A Klabin terá o direito de preferência na compra da madeira para processo produzida pela SPE, dentre outros direitos típicos conferidos a acionistas controladores de uma sociedade desta natureza. A conclusão desta operação está sujeita a condições precedentes usuais, incluindo a aprovação pelas autoridades regulatórias competentes. A Klabin estima que a conclusão dessa operação se dê em breve.

Essa associação permitirá à Companhia acessar terras para o incremento de seu maciço florestal, visando o abastecimento de suas fábricas de papel e celulose na região, sem exigência de efetiva alocação de capital para a aquisição desses ativos, além de viabilizar a realização de futuros projetos de expansão. Desta forma, a Klabin reforça seu compromisso com a criação de valor, responsabilidade operacional e equilíbrio de sua estrutura de capital.

KLABIN S.A.
CNPJ Nº 89.637.490/0001-45
Companhia aberta

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Israel Klabin

Conselheiros
Armando Klabin
Amaury Guilherme Bier
Daniel Miguel Klabin
Horacio Lafer Piva
Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello
José Luis de Salles Freire
Mauro Gentile Rodrigues da Cunha
Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho
Pedro Oliva Marcilio de Sousa
Roberto Klabin Martins Xavier
Roberto Luiz Leme Klabin
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães
Vera Lafer

CONSELHO FISCAL

João Adamo Junior
João Alfredo Dias Lins
Louise Barsi
Maurício Aquino Halewicz
Raul Ricardo Paciello

DIRETORIA

Cristiano Cardoso Teixeira
Marcos Paulo Conde Ivo
Arthur Canhisares
Francisco Cezar Razzolini

Diretor Geral
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores
Diretor
Diretor

Herbert Wang Ho
Controller

Leonardo Garcia Guerra Fialho
Contador
CRC – 1SP315250/O-1
